



SENADO FEDERAL

FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	JOSEFILH
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN PLEG	VET	00044	2012	20	12	2012	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Autuado como VET 00044 2012, aposto ao PLS 00225 2011 (PLP 00114 2011, na Câmara dos Deputados).
Este processo contém 1 (uma) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLCN.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN rev. MARCIOUM
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00044	2012	27	12	2012	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntada a Mensagem nº 159, de 2012-CN (nº 581/2012, na origem), comunicando ao Congresso Nacional o veto total aposto ao PLS nº 225, de 2011- Complementar, às fls. 2 a 10.



N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARCIOUM
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00044	2012	03	01	2013	CN SEXP	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

À SEXP para elaboração do Ofício do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de emitir relatório sobre o veto. Ao Ofício, serão anexadas cópias do Aviso, da Mensagem Presidencial e, se for o caso, da Lei, contendo as partes sancionadas, além do autógrafo do projeto.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	LEONGOME rev. LEONGOME
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SEXP	VET	00044	2012	03	01	2013	CN SEXP	

Recebido neste órgão às 18:35 hs.

N.Bal	Cs/Órg CN SEXP		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	RFMORAES rev. RFMORAES
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			VET	00044	2012	07	01	2013	CN SSCLCN	

A SSCLCN, atendendo solicitação.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARCIUUM rev. MARCIUUM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			VET	00044	2012	07	01	2013	CN SSCLCN	

Recebido às 14 horas.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARCIUUM
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			VET	00044	2012	10	01	2013	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntado o estudo de tramitação da proposição vetada (PLS nº 225, de 2011-Complementar) às fls. 11 e 12.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	EDIMARF Aneyle
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
			VET	00044	2012	18	01	2013	CN SSCLCN	

Juntado o Ofício nº 8 (CN), de 10/01/13, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados solicitando a indicação de Deputados para compor a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto (fls. 13).

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	LUIZS
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00044	2012	23	01	2013	CN SSCLCN	

Juntado, às fls. 14, o Ofício SGM/P nº 51, de 2013, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	EDIMARF rev. EDIMARF
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00044	2012	27	02	2013	CN SGM	

A SGM conforme solicitação.

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	GISLEIDE rev. GISLEIDE
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SGM	VET	00044	2012	27	02	2013	CN SSCLCN	

Juntei, às folhas 15-31 originais de manifestação da Prefeitura do Município de Ouro Fino – MG, Ordem dos Advogados do Brasil – MA, Câmara Municipal de Guaratinguetá – SP e Associação dos Magistrados do Espírito Santo – AMAGES.

Devolvido à SSCLCN

N.Bal	Cs/Órg		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MAXUEL rev. ANDRESAK
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN	SSCLCN	VET	00044	2012	06	03	2013	CN ATA-PLEN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Ao Plenário para leitura, designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	KISSCAMP rev. ALLAND
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN ATA-PLEN	VET	00044	2012	06	03	2013	CN SACM	

20:03-Leitura.

De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, das Resoluções nº 2, de 2000-CN e nº 1, de 2012-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Veto Total nº 44, de 2012 (PLS 225/2011-Complementar)

Senadores: Eunício Oliveira, Zezé Perrella, José Agripino, Alfredo Nascimento e Randolfe Rodrigues;

Deputados: Pedro Eugênio, Júnior Coimbra, Nelson Marchezan Júnior e Paes Landim.

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 26 de março de 2013.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 5 de abril de 2013.

A matéria vai à publicação.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	BEDRITIC rev. BEDRITIC
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00044	2012	07	03	2013	CN SACM	

STATUS: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Recebido neste Órgão, às 17h.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	GIGLIOLA rev. BEDRITIC
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00044	2012	08	03	2013	CN SACM	

STATUS: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Anexo comunicado enviado aos membros da Comissão Mista, com respectivo protocolo eletrônico de envio da mensagem, informando a composição da Comissão, com as idades dos integrantes do colegiado, e o prazo para apresentação do Relatório (às fls. 35 e 36).

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	GIVAGO rev. GIVAGO
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00044	2012	26	03	2013	CN SGM	

STATUS: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Encaminhado nesta data à SGM por solicitação.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	CHRYSRF rev. CHRYSRF
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SGM	VET	00044	2012	27	03	2013	CN SSCLSF	

A SCLSF, a pedido.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	GISLEIDE rev. GISLEIDE
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLSF	VET	00044	2012	27	03	2013	CN SACM	

Juntei, às folhas 37-44 original de manifestação da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil/ COSER
Devolvido à SACM

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	TNSILVA rev. TNSILVA
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SACM	VET	00044	2012	27	03	2013	CN SSCLCN	

Recebido neste Órgão, às 9h40.
Esgotado o prazo regimental previsto no art. 105 do Regimento Comum sem apresentação do relatório pela Comissão Mista.
Encaminhada à SCLCN.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00044	2012	27	03	2013	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Juntada manifestação do Deputado Dudimar Paxiúba pela rejeição do veto a fls. 45.
Juntado Ofício nº 125/2013, da Presidente da Frente Parlamentar de Apoio e Fortalecimento às Defensorias Públicas Federais e Estaduais, Deputada Antônia Lúcia, solicitando a realização de sessão conjunta para apreciação do veto às fls. 46 e 47.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		MONDIN rev. MARCOSP
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00044	2012	12	04	2013			

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Juntado Ofício nº 248/2013, da Presidente da Frente Parlamentar de Apoio e Fortalecimento às Defensorias Públicas Federais e Estaduais, Deputada Antônia Lúcia, solicitando a apreciação deste veto na próxima sessão conjunta, às fls. 48 a 54.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		MONDIN Chrysle
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00044	2012	29	05	2013			

Juntados: requerimento, de autoria do Deputado André Figueiredo, e Ofício nº 320/2013, da Presidente da Frente Parlamentar de Apoio e Fortalecimento às Defensorias Públicas Federais e Estaduais, Deputada Antônia Lúcia, ambos solicitando urgência para apreciação deste Veto, às fls. 55 a 57.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		MONDIN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00044	2012	03	06	2013			

Juntado requerimento, de autoria do Deputado Hélio Santos, solicitando inclusão deste Veto na Ordem do Dia de próxima sessão do Congresso Nacional, às fls. 58.



N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		VINICIUS MONDIN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00044	2012	06	06	2013			

Juntada fls. 59 ao processado, referente ao requerimento de autoria do Senador Magno Malta, solicitando urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		MONDIN rev. MARCOSP
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00044	2012	19	06	2013			

Juntada solicitação, do Deputado Fabio Trad, de urgência para apreciação deste Veto, às fls. 60, e solicitação do Deputado Carlos Souza no mesmo sentido, juntada às fls. 61.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		MONDIN <i>[assinatura]</i>
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00044	2012	27	06	2013			

Juntado requerimento de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos, solicitando urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, às fls. 62.



N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SAZEVEDO MONDIN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00044	2012	04	07	2013			

Juntados requerimentos de autoria do Deputado Henrique Oliveira, do Senador Ataídes Oliveira e do Deputado Francisco Tenório, solicitando urgência para apreciação deste Veto, às fls. 63 a 65.



N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SAZEVEDO MONDIN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00044	2012	08	07	2013			

Juntado requerimento de autoria do Deputado Vieira da Cunha, solicitando urgência para apreciação deste Veto, às fls. 66.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		CESARFIL
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN		
		VET	00044	2012	11	07	2013			MONDIN

Juntados requerimentos de autoria dos Deputados Antônio Roberto e Flaviano Melo, solicitando a apreciação deste Veto, às fls. 67-68.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SAZEVEDO
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN		
		VET	00044	2012	08	08	2013			Alonso

Juntados requerimentos de autoria dos Deputados Arthur Oliveira Maia e Mauro Lopes, solicitando a apreciação deste Veto, às fls. 69-70.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		SAZEVEDO
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN		
		VET	00044	2012	21	08	2013			MONDIN

Juntado Ofício nº 1722/2013, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o Requerimento nº 8.372/2013, por meio do qual o Deputado Chico das Verduras solicita a apreciação do Veto, às fls. 71 e 72.

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		MONDIN
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN		rev. LUIZS
		VET	00044	2012	29	08	2013			

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Aguardando inclusão em Ordem do Dia.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		SAZEVEDO <i>Marcelo A</i>
			Tipo VET	Número 00044	Ano 2012	Dia 18	Mês 09	Ano 2013			

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Juntado requerimento de autoria do Deputado Paulo Abi-Ackel, solicitando a apreciação deste Veto, às fls.73.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SGM		CHRYSRF <i>ChrysrF</i> <i>Marcelo A</i>
			Tipo VET	Número 00044	Ano 2012	Dia 18	Mês 10	Ano 2013			

A SGM, a pedido.



SENADO FEDERAL

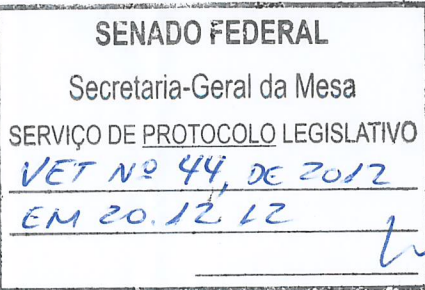
N.Bal	Cs/Órg CN SGM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		MARCELIM rev. MARCELIM
			Tipo VET	Número 00044	Ano 2012	Dia 18	Mês 10	Ano 2013			

Juntei manifestação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
Devolvido à SSCLCN.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		CHRYSRF rev. CHRYSRF
			Tipo VET	Número 00044	Ano 2012	Dia 21	Mês 10	Ano 2013			

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Recebido, nesta Secretaria, às 16h45min.



Nº 245, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

57



1.695,66m, chega-se ao ponto 347; deste, com azimute de 175°30'8" e a distância de 930,87m, chega-se ao ponto 348; deste, com azimute de 304°40'58" e a distância de 880,44m, chega-se ao ponto 349; deste, com azimute de 208°46'46" e a distância de 1.433,29m, chega-se ao ponto 350; deste, com azimute de 158°27'32" e a distância de 122,56m, chega-se ao ponto 351; deste, com azimute de 181°41'56" e a distância de 472,21m, chega-se ao ponto 352; deste, com azimute de 86°54'49" e a distância de 204,30m, chega-se ao ponto 353; deste, com azimute de 190°35'52" e a distância de 647,04m, chega-se ao ponto 354; deste, com azimute de 270°30'53" e a distância de 668,03m, chega-se ao ponto 355; deste, com azimute de 310°35'4" e a distância de 367,37m, chega-se ao ponto 356; deste, com azimute de 41°28'13" e a distância de 379,02m, chega-se ao ponto 357; deste, com azimute de 349°51'16" e a distância de 386,04m, chega-se ao ponto 358; deste, com azimute de 1°36'15" e a distância de 607,24m, chega-se ao ponto 359; deste, com azimute de 32°25'44" e a distância de 415,85m, chega-se ao ponto 360; deste, com azimute de 253°25'13" e a distância de 1.562,98m, chega-se ao ponto 361; deste, com azimute de 293°51'2" e a distância de 207,74m, chega-se ao ponto 362; deste, com azimute de 29°34'10" e a distância de 486,34m, chega-se ao ponto 363; deste, com azimute de 0°0'0" e a distância de 467,00m, chega-se ao ponto 364; deste, com azimute de 49°39'1" e a distância de 444,82m, chega-se ao ponto 365; deste, com azimute de 74°5'26" e a distância de 325,98m, chega-se ao ponto 366; deste, com azimute de 308°16'43" e a distância de 610,18m, chega-se ao ponto 367; deste, com azimute de 336°1'22" e a distância de 396,19m, chega-se ao ponto 368; deste, com azimute de 77°46'30" e a distância de 552,53m, chega-se ao ponto 369; deste, com azimute de 29°2'15" e a distância de 653,09m, chega-se ao ponto 370; deste, com azimute de 24°17'57" e a distância de 622,11m, chega-se ao ponto 371; deste, com azimute de 319°16'34" e a distância de 1.014,69m, chega-se ao ponto 372; deste, com azimute de 264°12'57" e a distância de 386,97m, chega-se ao ponto 373; deste, com azimute de 302°27'14" e a distância de 1.015,62m, chega-se ao ponto 374; deste, com azimute de 325°2'46" e a distância de 616,14m, chega-se ao ponto 375; deste, com azimute de 43°44'37" e a distância de 322,32m, chega-se ao ponto 376; deste, com azimute de 65°56'10" e a distância de 286,94m, chega-se ao ponto 377; deste, com azimute de 285°56'43" e a distância de 283,92m, chega-se ao ponto 378; deste, com azimute de 350°48'23" e a distância de 175,25m, chega-se ao ponto 379; deste, com azimute de 103°14'26" e a distância de 366,75m, chega-se ao ponto 380; deste, com azimute de 8°18'60" e a distância de 304,20m, chega-se ao ponto 381; deste, com azimute de 277°45'26" e a distância de 325,98m, chega-se ao ponto 382; deste, com azimute de 333°32'23" e a distância de 489,25m, chega-se ao ponto 383; deste, com azimute de 13°2'57" e a distância de 394,18m, chega-se ao ponto 384; deste, com azimute de 66°5'16" e a distância de 231,91m, chega-se ao ponto 385; deste, com azimute de 278°18'25" e a distância de 962,09m, chega-se ao ponto 386; deste, com azimute de 344°49'53" e a distância de 577,10m, chega-se ao ponto 387; deste, com azimute de 284°34'40" e a distância de 949,57m, chega-se ao ponto 388; deste, com azimute de 333°47'60" e a distância de 561,71m, chega-se ao ponto 389; deste, com azimute de 63°5'11" e a distância de 488,22m, chega-se ao ponto 390; deste, com azimute de 292°47'37" e a distância de 761,46m, chega-se ao ponto 391; deste, com azimute de 246°6'40" e a distância de 316,08m, chega-se ao ponto 392; deste, com azimute de 287°1'32" e a distância de 437,16m, chega-se ao ponto 393; deste, com azimute de 290°26'54" e a distância de 684,11m, chega-se ao ponto 394; deste, com azimute de 297°41'10" e a distância de 662,90m, chega-se ao ponto 395; deste, com azimute de 312°16'1" e a distância de 563,50m, chega-se ao ponto 396; deste, com azimute de 352°36'19" e a distância de 606,04m, chega-se ao ponto 397; deste, com azimute de 174°9'29" e a distância de 326,68m, chega-se ao ponto 398; deste, com azimute de 292°22'21" e a distância de 409,85m, chega-se ao ponto 399; deste, com azimute de 247°52'25" e a distância de 294,70m, chega-se ao ponto 400; deste, com azimute de 225°55'41" e a distância de 480,19m, chega-se ao ponto 401; deste, com azimute de 292°35'47" e a distância de 187,38m, chega-se ao ponto 402; deste, com azimute de 23°12'40" e a distância de 603,88m, chega-se ao ponto 403; deste, com azimute de 59°24'33" e a distância de 764,39m, chega-se ao ponto 404; deste, com azimute de 22°13'23" e a distância de 277,62m, chega-se ao ponto 405; deste, com azimute de 300°57'50" e a distância de 291,55m, chega-se ao ponto 406; deste, com azimute de 260°53'37" e a distância de 423,34m, chega-se ao ponto 407; deste, com azimute de 223°52'7" e a distância de 393,94m, chega-se ao ponto 408; deste, com azimute de 282°40'16" e a distância de 610,88m, chega-se ao ponto 409; deste, com azimute de 248°32'11" e a distância de 1.322,73m, chega-se ao ponto 410; deste, com azimute de 7°41'46" e a distância de 522,71m, chega-se ao ponto 411; deste, com azimute de 288°9'36" e a distância de 856,67m, chega-se ao ponto 412; deste, com azimute de 185°53'53" e a distância de 486,58m, chega-se ao ponto 413; deste, com azimute de 278°14'8" e a distância de 230,38m, chega-se ao ponto 414; deste, com azimute de 5°22'6" e a distância de 716,14m, chega-se ao ponto 415; deste, com azimute de 282°10'38" e a distância de 971,87m, chega-se ao ponto 416; deste, com azimute de 294°23'53" e a distância de 1.442,85m, chega-se ao ponto 417; deste, com azimute de 194°19'15" e a distância de 586,22m, chega-se ao ponto 418; deste, com azimute de 126°34'56" e a distância de 159,40m, chega-se ao ponto 419; deste, com azimute de 173°52'22" e a distância de 1.472,82m, chega-se ao ponto 420; deste, com azimute de 318°19'30" e a distância de 804,63m, chega-se ao ponto 421; deste, com azimute de 305°4'31" e a distância de 619,50m, chega-se ao ponto 422; deste, com azimute de 327°17'29" e a distância de 906,79m, chega-se ao ponto 423; deste, com azimute de 247°39'27" e a distância de 2.478,03m, chega-se ao ponto 424; deste, com azimute de 156°31'30" e a distância de 1.061,89m, chega-se ao ponto 425; deste, com azimute de 147°49'51" e a distância de 407,57m, chega-se ao ponto 426; deste, com azimute de 143°17'12" e a dis-

tância de 1.025,40m, chega-se ao ponto 427; deste, com azimute de 211°0'47" e a distância de 1.395,48m, chega-se ao ponto 428; deste, com azimute de 88°9'9" e a distância de 496,26m, chega-se ao ponto 429; deste, com azimute de 153°49'24" e a distância de 593,91m, chega-se ao ponto 430; deste, com azimute de 222°37'47" e a distância de 649,68m, chega-se ao ponto 431; deste, com azimute de 153°40'8" e a distância de 378,63m, chega-se ao ponto 432; deste, com azimute de 52°59'43" e a distância de 1.276,00m, chega-se ao ponto 433; deste, com azimute de 145°52'12" e a distância de 397,45m, chega-se ao ponto 434; deste, com azimute de 217°53'37" e a distância de 1.623,26m, chega-se ao ponto 435; deste, com azimute de 98°27'24" e a distância de 496,40m, chega-se ao ponto 436; deste, com azimute de 203°51'17" e a distância de 1.295,69m, chega-se ao ponto 437; deste, com azimute de 303°40'11" e a distância de 777,41m, chega-se ao ponto 438; deste, com azimute de 212°34'19" e a distância de 769,44m, chega-se ao ponto 439; deste, com azimute de 135°48'10" e a distância de 1.110,27m, chega-se ao ponto 440; deste, com azimute de 222°34'12" e a distância de 650,42m, chega-se ao ponto 441; deste, com azimute de 307°30'44" e a distância de 1.052,67m, chega-se ao ponto 442; deste, com azimute de 215°48'32" e a distância de 810,14m, chega-se ao ponto 443; deste, com azimute de 124°38'18" e a distância de 636,88m, chega-se ao ponto 444; deste, com azimute de 169°56'22" e a distância de 440,78m, chega-se ao ponto 445; deste, com azimute de 272°53'51" e a distância de 652,83m, chega-se ao ponto 446; deste, com azimute de 205°48'49" e a distância de 1.125,29m, chega-se ao ponto 447; deste, com azimute de 124°49'16" e a distância de 604,19m, chega-se ao ponto 448; deste, com azimute de 220°17'53" e a distância de 327,79m, chega-se ao ponto 449; deste, com azimute de 272°55'28" e a distância de 646,34m, chega-se ao ponto 450; deste, com azimute de 200°2'29" e a distância de 1.094,26m, chega-se ao ponto 451; deste, com azimute de 119°57'28" e a distância de 1.035,32m, chega-se ao ponto 452; deste, com azimute de 232°18'13" e a distância de 901,09m, chega-se ao ponto 453; deste, com azimute de 297°49'56" e a distância de 869,60m, chega-se ao ponto 454; deste, com azimute de 209°16'53" e a distância de 1.104,07m, chega-se ao ponto 455; deste, com azimute de 149°56'31" e a distância de 499,12m, chega-se ao ponto 456; deste, com azimute de 277°58'6" e a distância de 382,35m, chega-se ao ponto 457; deste, com azimute de 205°55'11" e a distância de 1.143,91m, chega-se ao ponto 458; deste, com azimute de 231°1'60" e a distância de 787,13m, chega-se ao ponto 459; deste, com azimute de 186°38'5" e a distância de 623,17m, chega-se ao ponto 460; deste, com azimute de 296°25'1" e a distância de 346,14m, chega-se ao ponto 1 de origem do descritivo deste perímetro com 261.863,06m, perfazendo a área de 19.922,1343 hectares.

Art. 2º Fica a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba - CODEVASF autorizada a promover e executar, com recursos próprios, a desapropriação de que trata este Decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a CODEVASF da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Fernando Bezerra Coelho

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 579, de 19 de dezembro de 2012. Restituição Ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei de conversão que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012.

Nº 580, de 19 de dezembro de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 60, de 2012 (nº 6.562/09 na Câmara dos Deputados), que "Altera o art. 4º e acrescenta art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que "dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes", para dispor sobre a locação nos contratos de construção ajustada".

Ouvindo, o Ministério da Justiça manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 3º do art. 54-A da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, inserido pelo art. 3º do projeto de lei

"§ 3º Desdote que devidamente registrado o contrato de locação no registro de títulos e documentos da situação do imóvel, os valores relativos aos aluguéis a receber até o termo final contratado serão livremente negociáveis pelo locador com ter-

ceiros, na forma dos arts. 286 a 298 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), responsabilizando-se o locatário e eventuais garantidores pelo respectivo adimplemento."

Razões do veto

"Ao exigir que o contrato seja levado ao Registro de Títulos e Documentos, o dispositivo cria ônus adicional, contrário à própria finalidade do projeto. Ademais, a supressão do dispositivo não obstrui a cessão de crédito nos termos da legislação vigente."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 581, de 19 de dezembro de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal), que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".

Ouvindo, os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda manifestaram-se pelo veto ao projeto pela seguinte razão:

"Os secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação que representam os Estados e o Distrito Federal no Conselho Nacional de Política Fazendária manifestaram-se pelo veto integral ao projeto, com base em estudos técnicos que apontam que, na atual conjuntura, a redução do percentual de comprometimento da despesa de pessoal em relação a Receita Corrente Líquida teria consequências extremamente danosas às unidades da Federação, uma vez que muitas delas seriam impossibilitadas de cumprir as obrigações estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, ainda que meritória a intenção do projeto de valorizar as defensorias públicas, a restrição do limite de gasto do Poder Executivo Estadual ensejaria sérias dificuldades para as finanças subnacionais."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 582, de 19 de dezembro de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 5.732, de 2009 (nº 216/07 no Senado Federal), que "Permite que o trabalhador com mais de 60 (sessenta) anos de idade e aquele que receba benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, saquem seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS-Pasep".

Ouvindo, os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior manifestaram-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões:

"A alteração proposta traria impacto negativo ao patrimônio do Fundo de Participação PIS-PASEP e, consequentemente, aos recursos disponíveis ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exigindo aportes extras do Tesouro Nacional para a manutenção de programas de desenvolvimento nacional. Ademais, ao alterar a idade para saque das contas individuais, o projeto geraria incongruência em relação às regras de movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 583, de 19 de dezembro de 2012. Restituição Ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.745, de 19 de dezembro de 2012.

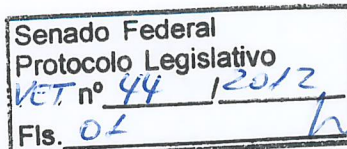
Nº 584, de 19 de dezembro de 2012. Restituição Ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.746, de 19 de dezembro de 2012.

Nº 585, de 19 de dezembro de 2012. Restituição Ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.747, de 19 de dezembro de 2012.

Nº 586, de 19 de dezembro de 2012. Restituição Ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.748, de 19 de dezembro de 2012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012012122000057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Comissão Mista
6,3 / 20 13



Sen. Angela Portela

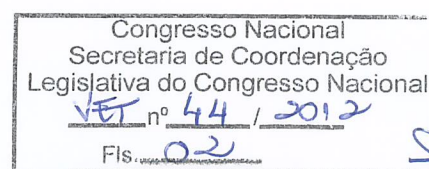
Mensagem nº 581

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal), que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”.

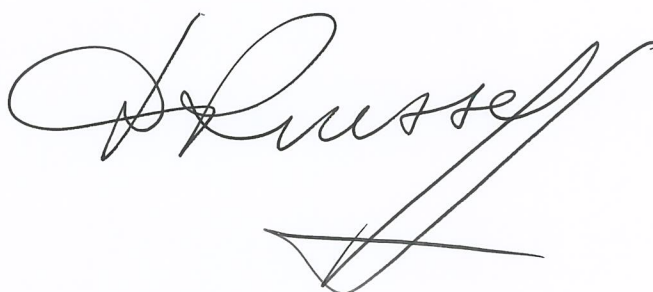
Ouvidos, os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda manifestaram-se pelo veto ao projeto pela seguinte razão:

“Os secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação que representam os Estados e o Distrito Federal no Conselho Nacional de Política Fazendária manifestaram-se pelo veto integral ao projeto, com base em estudos técnicos que apontam que, na atual conjuntura, a redução do percentual de comprometimento da despesa de pessoal em relação a Receita Corrente Líquida teria consequências extremamente danosas às unidades da Federação, uma vez que muitas delas seriam impossibilitadas de cumprir as obrigações estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, ainda que meritória a intenção do projeto de valorizar as defensorias públicas, a restrição do limite de gasto do Poder Executivo Estadual ensejaria sérias dificuldades para as finanças subnacionais.”

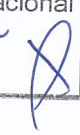


Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 19 de dezembro de 2012.



Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 44 / 2012
Fls. 03



Nego sanção,
pelas razões constantes
da mensagem anexa

19/12/2012

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º, 9º, 12, 20, 52, 54, 56, 59 e 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

§ 3º

I -

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo - neste abrangidos os Tribunais de Contas - o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados;

..... " (NR)

"Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

.....

CAMARA DOS DEPUTADOS

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados não promoverem a limitação no prazo estabelecido no **caput**, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

..... " (NR)

"Art. 12.

.....

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo." (NR)

"Art. 20.

.....

II -

.....

c) 47% (quarenta e sete por cento) para o Executivo;


.....

e) 2% (dois por cento) para a Defensoria Pública dos Estados;

.....

§ 2º

.....

Congresso Nacional Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 155 nº 44/2012 Fls. 05	
---	---

CÂMARA DOS DEPUTADOS

IV - a Defensoria Pública dos Estados.

..... " (NR)

"Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal abrangerá todos os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública dos Estados, será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

..... " (NR)

"Art. 54.

V - Chefe da Defensoria Pública dos Estados.

..... " (NR)

"Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e as dos Chefes do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

..... " (NR)

"Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder, do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

..... " (NR)

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
LEI nº	44, 2012
Fls.	06

CAMARA DOS DEPUTADOS

"Art. 67. O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de governo, do Ministério Público, da Defensoria Pública dos Estados e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

..... " (NR)

Art. 2º A Lei Complementar nº 101, de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 73-D:

"Art. 73-D. São estabelecidos os seguintes prazos para a repartição dos limites globais da despesa com pessoal prevista nas alíneas "c" e "e" do inciso II do art. 20:

I - nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta Lei Complementar, for inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida do Estado, esse percentual passa a ser o limite para vigorar no ano seguinte ao da publicação desta Lei Complementar, sendo que a diferença de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) será reduzida em, no mínimo, um quinto por ano, sucessivamente, até completar 2% (dois por cento), acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo;

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
DET nº 44 / 2012
Fls. 02

CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta Lei Complementar, for igual ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) e inferior a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do Estado, esse percentual passa a ser o limite para vigorar no ano seguinte ao da publicação desta Lei Complementar, sendo que a diferença de 1% (um por cento) será reduzida em, no mínimo, um quinto por ano, sucessivamente, até completar 2% (dois por cento), acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo;

III - nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta Lei Complementar, for igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida do Estado, esse percentual passa a ser o limite para vigorar no ano seguinte ao da publicação desta Lei Complementar, sendo que a diferença de 0,5% (cinco décimos por cento) será reduzida em, no mínimo, um quinto por ano, sucessivamente, até completar 2% (dois por cento), acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo;

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
DET nº 44 / 2012
Fls. 08

CÂMARA DOS DEPUTADOS

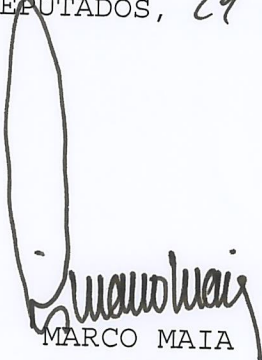
IV - nos Estados onde a despesa da Defensoria Pública com pessoal, no período de apuração relativo à data da publicação desta Lei Complementar, for igual ou superior a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), vigorará o limite de 2% (dois por cento) no ano seguinte ao da publicação desta Lei Complementar, acompanhado do correspondente decréscimo do limite estabelecido para o Executivo.

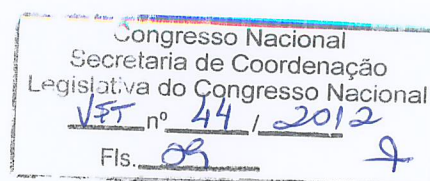
Parágrafo único. O não atendimento das determinações contidas neste artigo dentro de cada um dos prazos nele referidos sujeita o Estado à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23."

Art. 3º Os Estados adaptarão a organização de suas Defensorias Públicas aos preceitos desta Lei Complementar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 29 de novembro de 2012.


MARCO MAIA
Presidente



VET 44/2012

MCN 159/2012

Aviso nº 1.092 - C. Civil.

Em 19 de dezembro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Veto total.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem em que a Excelentíssima Senhora Presidenta da República comunica que houve por bem vetar integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal) e, na oportunidade, restitui dois autógrafos da citada proposição.

Atenciosamente,

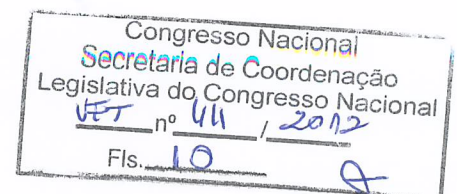


GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Recebi

Em 27 / 12 / 2012

Chrystian Reis de Figueiredo
Matr. 228178



27.11.13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, de 2011-Complementar
(nº 114/2011-Complementar, na Câmara dos Deputados)

EMENTA: “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”.

AUTOR: Senador José Pimentel

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 5/5/2011 – DSF de 6/5/2011

COMISSÕES:

Constituição, Justiça e Cidadania

Assuntos Econômicos

Diretora

RELATORES:

Sen. Eunício Oliveira

Parecer nº 1.276/2011-CCJ

DSF de 12/11/2011

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=99339&c=PDF>

Sen. Benedito de Lira, *ad hoc*

Parecer nº 1.277/2011-CAE

DSF de 12/11/2011

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=99339&c=PDF>

Sen. João Ribeiro

Parecer nº 1.319/2011-CDIR

DSF de 30/11/2011

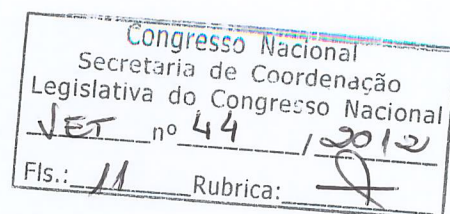
<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=100292&c=PDF&tp=1>

ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Ofício SF nº 2.155, de 1º/12/2011

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 1º/12/2011 – DCD de 2/12/2011



COMISSÕES:

Constituição e Justiça e de Cidadania

Finanças e Tributação

RELATORES:

Dep. Alessandro Molon

DCD de 6/11/2012

<http://www.camara.gov.br/internet/ordemdodia/integras/1035101.htm>

Dep. Antônio Andrade

DCD de 6/11/2012

<http://www.camara.gov.br/internet/ordemdodia/integras/1035101.htm>

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem CD nº 45, de 29/11/2012

VETO TOTAL Nº 44, DE 2012

aposto ao

**Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011-Complementar
(Mensagem nº 159/2012-CN)**

Veto publicado no D.O.U - Seção 1, de 20/12/2012

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	44 / 2012
Fls.: 12	Rubrica: A

Ofício nº 08 (CN)

Brasília, em 10 de Janeiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Deputados para compor Comissão Mista.

Senhor Presidente,

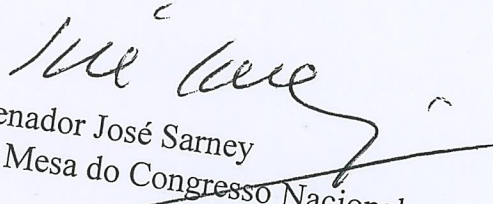
A Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 159, de 2012-CN (nº 581/2012, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 (PL nº 114, de 2011, nessa Casa), que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum e da Resolução nº 1, de 2012-CN, solicita a Vossa Excelência a indicação de 4 (quatro) membros dessa Casa e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

mensagem presidencial.

Remeto, em anexo, autógrafo do projeto vetado e cópia da

Atenciosamente,


Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

CN/Veto 12-044 ao PLS 11-225

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 44 / 2012
Fls. 13

Secretaria-Geral da Mesa do Senado
Conto: 6617
Ass.:
01/Jan/2013 09:39



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 51/13/SGM/P

Brasília, 17 de janeiro de 2013.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
N E S T A

Assunto: **Indicação de membros para compor Comissão Mista.**


Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício nº 8 (CN), de 10 de janeiro de 2013, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados **PEDRO EUGÊNIO (PT)**, **JÚNIOR COIMBRA (PMDB)**, **NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PSDB)**, **REINHOLD STEPHANES (PSD)** e **PAES LANDIM (PTB)** para comporem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto integral ao Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 (PL nº 114, de 2011, nesta Casa), que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".


Atenciosamente,


MARCO MAIA
Presidente

Recebi

Em 17 / 1 / 2013
às 17hs. 
Márcio Umbelino Mereb
Matr.220970

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional

VET nº 44 / 2012
Fis. 14 Rubrica: 



Documento : 57237 - 2



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO FINO

SEDE I - Av. Cyro Gonçalves, 173 - Fone/Fax: (035) 3441-9401
SEDE II - Av. Barão do Rio Branco, 145 - Fone/Fax: (035) 3441-9400
CEP 37570 - 000 CGC nº 18.671.271/0001-34

Ouro Fino, 29 de janeiro de 2013.

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
DD Presidente do Congresso Nacional

196201300514

08 FEV 2013

Assunto : Veto presidencial ao Proj. Lei Complementar nº 114/2011 que atribui à Defensoria Pública dos Estados os direitos e deveres na Lei de Resp.Fiscal

Junte-se ao processado do

nº 44, de 2012.

Em 26/02/13

Senhor Presidente,

Primo

Com nossos cumprimentos, respeitosamente, vimos na presença de Vossa Excelência para manifestar apoio à efetivação da autonomia financeira das Defensorias Públicas dos Estados mediante a derrubada do Veto Presidencial ao Projeto de Lei Complementar nº 114/2011 que atribui à Defensoria Pública dos Estados os direitos e deveres na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Respeitosamente,

Maurício Lemes de Carvalho
Prefeito Municipal de Ouro Fino



✓
26.02.13



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO FINO

SEDE I - Av. Cyro Gonçalves, 173 - Fone/Fax: (035) 3441-9401
SEDE II - Av. Barão do Rio Branco, 145 - Fone/Fax: (035) 3441-9400
CEP 37570 - 000 CGC nº 18.671.271/0001-34

Ouro Fino, 29 de janeiro de 2013.

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
DD Presidente do Congresso Nacional

Assunto : Veto presidencial ao Proj. Lei Complementar nº 114/2011 que atribui à Defensoria Pública dos Estados os direitos e deveres na Lei de Resp.Fiscal

Senhor Presidente,

Com nossos cumprimentos, respeitosamente, vimos na presença de Vossa Excelência para manifestar apoio à efetivação da autonomia financeira das Defensorias Públicas dos Estados mediante a derrubada do Veto Presidencial ao Projeto de Lei Complementar nº 114/2011 que atribui à Defensoria Pública dos Estados os direitos e deveres na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Respeitosamente,


Maurício Lemes de Carvalho
Prefeito Municipal de Ouro Fino





**SENADO FEDERAL
PRESIDÊNCIA**

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.

A Sua Senhoria a Senhora
CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhora Secretária-Geral,

Cumprimentando-a, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Documento s/nº.	Prefeitura do Município de Ouro Fino – MG.	Manifesta apoio à efetivação da autonomia financeira das Defensorias Públicas dos Estados mediante a derrubada do Veto Presidencial ao PLC nº 114/2011.
Of. nº 6/2013.	Câmara Municipal de Pomerode – SC.	Encaminha o Requerimento nº 1/2013, mediante o qual solicita a aprovação de proposta legislativa que versa sobre concessão dos benefícios previdenciários.
Ofício nº 008/2013-P.	Câmara Municipal de Guaratinguetá – SP.	Solicita a derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar nº 114/2011.

Atenciosamente,

LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Chefe de Gabinete



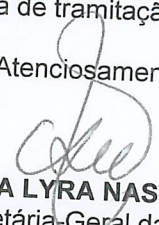
Recebido em 20/02/13
Hora: 10:00
Rodrigo Martins Brum - Matr. 221032
Secretaria-Geral da Mesa

Brasília, 26 de fevereiro de 2013

Senhor Maurício Lemes de
Carvalho, Prefeito Municipal de Ouro Fino
- MG

Em atenção ao seu Ofício s/n,
encaminhado a esta Secretaria-Geral
pela Presidência do Senado, informo a
Vossa Excelência que sua manifestação
foi juntada ao processado do Veto nº 44,
de 2012, que *Encaminha ao Congresso
Nacional as razões do VETO TOTAL
aposto ao PLS 00225 2011 (PLP 00114
2011, na Câmara dos Deputados), que
"Altera dispositivos da Lei Complementar
nº 101, de 4 de maio de 2000, que
estabelece normas de finanças públicas
voltadas para a responsabilidade na
gestão fiscal e dá outras providências"*,
conforme folha de tramitação anexa.

Atenciosamente,


CLAUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa
do Senado Federal



196 201300515

Sedex

04 FEV 2013

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL****Conselho Seccional do Maranhão**

Fone: (098) 2107-5403/Fax: (098) 2107-5435

e-mail: gabinete@oabma.org.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL-
SENADOR JOSÉ SARNEY**

Senhor Presidente,

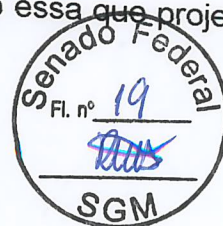
Junte-se ao processado do

nº 44, de 2012Em 26/02/13

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e, nesta oportunidade, manifestar o apoio da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL- SECCIONAL DO MARANHÃO**, para a apreciação e derrubada do veto da Presidente da República ao **Projeto de Lei Complementar nº. 114, de 2011**, que trata da regulamentação da autonomia financeira da **Defensoria Pública dos Estados**, matéria de autoria do Senador José Pimentel, aprovado no Congresso Nacional em novembro de 2012 como o apoio de todos os partidos políticos e de todas as bancadas.

Sem a efetividade da autonomia prevista na Constituição Federal, cria-se um obstáculo ao crescimento da **Defensoria Pública**, que atualmente está presente em apenas 42% das comarcas brasileiras e prestando seus serviços em manifesta desvantagem quantitativa em relação às demais instituições jurídicas assemelhadas, seja no número de membros, quadro de servidores, ou mesmo nas condições de trabalho.

A Defensoria Pública é hoje a única instituição que, embora tenha assegurada a autonomia na Constituição Federal desde 2004, ainda não tem a sua regulamentação prevista da Lei de Responsabilidade Fiscal, omissão essa que projeto de lei em questão busca corrigir.



Rua Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01, Calhau, CEP. nº 65.076-908, São Luís - Ma.

25.02.13



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conselho Seccional do Maranhão

Fone: (098) 2107-5403/Fax: (098) 2107-5435

e-mail: gabinete@oabma.org.br

O veto presidencial, caso prevaleça, mantém a Defensoria Pública nessa situação de ausência de regulamentação e descompasso entre a norma constitucional e a legislação especial que disciplina a matéria, prejudicando a meta de universalização de seus serviços para todas as comarcas, assegurando a todos os que necessitem, a efetividade do direito constitucional de acesso à justiça com qualidade.

Desta forma, solicitamos que o **Congresso Nacional**, no pelo exercício do poder que lhe é conferido pela Constituição Federal, aprecie e derrube o veto presidencial ao PLP nº. 114, de 2011, fazendo prevalecer a decisão dessa Casa de Leis, que claramente manifestou o desejo de ver fortalecida a Defensoria Pública e a defesa gratuita e de qualidade de todos os necessitados.

Renovo meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


MARIO de Andrade MACIEIRA
Presidente

Exmo. Sr.
Senador JOSÉ SARNEY
D.D. Presidente do Congresso Nacional
BRASÍLIA-DF





SENADO FEDERAL
PRESIDÊNCIA

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.

A Sua Senhoria a Senhora
CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhora Secretária-Geral,

Cumprimentando-a, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Documento s/n.	Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Maranhão	Manifesta apoio a apreciação e derrubada do veto presidencial ao PLC nº 114, de 2011.
Ofício nº 30/2013-GAB.	Câmara Municipal de Barão de Cocais	Encaminha correspondência da Associação das Câmaras de Vereadores do Médio Rio Piracicaba – ACAVE, solicitando voto contra a PEC nº 35, de 2012.
Documento s/n.	Senhor Amélio Tonelli	Encaminha relato com sugestões a respeito de motocicletas e motoqueiros.
Documento s/n.	Senhor Carlindo Barros Lopes	Solicita apreciação do projeto que apoia os aposentados.

Atenciosamente,

Recebi em

20, 02, 2013

Hora:

11:15

LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Chefe de Gabinete

Marcelo Inácio Meneses-Mat. 227368
Secretaria-Geral da Mesa

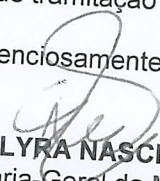


Brasília, 25 de fevereiro de 2013

Senhor Mario de Andrade Macieira,
Presidente da Ordem dos Advogados do
Brasil – Conselho Seccional do
Maranhão,

Em atenção ao seu Ofício s/n,
encaminhado a esta Secretaria-Geral
pela Presidência do Senado, informo a
Vossa Excelência que sua manifestação
foi juntada ao processado do Veto nº 44,
de 2012, que *Encaminha ao Congresso
Nacional as razões do VETO TOTAL
aposto ao PLS 00225 2011 (PLP 00114
2011, na Câmara dos Deputados), que
"Altera dispositivos da Lei Complementar
nº 101, de 4 de maio de 2000, que
estabelece normas de finanças públicas
voltadas para a responsabilidade na
gestão fiscal e dá outras providências"*,
conforme folha de tramitação anexa.

Atenciosamente,


CLAUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa
do Senado Federal





CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ

Estado de São Paulo - Brasil

Of. nº 008/2013-P

Junte-se ao processado do

nº 44, de 2012 Guaratinguetá, 14 de fevereiro de 2013.

Em 26/02/13

[Assinatura]

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

19 FEV 2013

Cumprimentando-o, venho sugerir a Vossa Excelência a derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011, aprovado pelo Congresso Nacional, com o apoio de todos os partidos políticos, contudo vetado integralmente pela Presidente da República no dia 19 de dezembro de 2012.

O PLC 114/11 (na origem, no Senado, PLS nº 225 de 2001) é de autoria do Senador José Pimentel (PT/CE), líder do Governo no Congresso Nacional, e tramitou em regime de urgência no Senado Federal, sendo aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Assuntos Econômicos e, no Plenário, foi aprovado com o apoio de todos os partidos políticos que integram aquela Casa Legislativa.

Na Câmara dos Deputados, também com o apoio de todos os partidos políticos e de todas as bancadas, tramitou em regime de urgência e foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na Comissão de Finanças e Tributação e no Plenário.

O principal objetivo do PLC 114/11 é adequar a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) à autonomia administrativa, financeira e orçamentária da Defensoria Pública, consagrada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004 – Reforma Constitucional do Judiciário.

A partir da Emenda 45, se fez necessária a adequação das leis nacionais que tratam, direta e indiretamente, da Defensoria Pública. Inicialmente, foi aprovada a Lei Complementar nº 80/94 – Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, atualizando seus institutos, ampliando significativamente suas competências, abrindo-a aos seus destinatários e estabelecendo como funções institucionais a promoção prioritária da solução extrajudicial dos litígios, a difusão dos direitos humanos e a tutela, individual e coletiva, de vítimas e pessoas em condições de vulnerabilidade, aprofundando assim a vocação democrática da instituição como instrumento de realização da cidadania para as camadas mais pobres.

Agora, a adequação da Lei de Responsabilidade Fiscal a essa autonomia constitucional da Defensoria Pública permitirá que seja dado às Defensorias Públicas Estaduais o mesmo tratamento que a LRF confere às demais instituições autônomas da República – os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e os Tribunais de Contas.

Esse tratamento implica no maior controle e responsabilidade da Defensoria Pública na gestão orçamentária e financeira, não respondendo mais, a partir de sua aprovação, o Poder Executivo pelos gastos com pessoal da Defensoria Pública, em razão de sua autonomia.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ

Estado de São Paulo - Brasil

Ofício nº 008-2013-P – continuação.

-2-

Importante destacar que o projeto não cria ou aumenta despesas para os Estados nem resulta em nenhuma alteração nos seus orçamentos. Pelo contrário, estabelece maiores mecanismos de controle e limites para despesas, inclusive com pessoal, estabelecendo, de modo gradativo, em 5 anos, um limite máximo para esses gastos, nos mesmos moldes que a LRF impõe para as demais instituições autônomas do Estado.

Esse limite máximo foi calculado, levando em consideração a sua necessária redução pelo limite prudencial previsto na LRF, bem como as projeções de crescimento da Defensoria Pública, para instalação de seus órgãos em todas as comarcas do País, que, atualmente, conta com apenas 43% das comarcas atendidas pela Defensoria Pública.

Ou seja, Excelentíssimo Senhor, esse projeto é de suma importância para a efetivação das autonomias constitucionalmente garantidas às Defensorias Públicas Estaduais e para a sua consequente e necessária ampliação, dando-lhes as condições necessárias para a sua instalação em todas as comarcas brasileiras, especialmente as com índices de vulnerabilidade social mais elevados, onde, certamente, a instituição poderá desempenhar suas atribuições legais com maior utilidade e eficiência.

Sem mais para o momento, subscrevo renovando protestos de respeito e consideração.

Dr. MANOEL MARCELO DE CASTRO MEIRELLES
Presidente da Câmara

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
DD. Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes – Anexo I – 15º Andar
Brasília - DF
70165-900



Exmo. Sr. Presidente,

Tenho a honra de cumprimentá-lo e venho respeitosamente solicitar vosso apoio na mobilização em curso pela derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar 114/11, que regulamenta a autonomia orçamentária da Defensoria Pública.

Apresentado em maio de 2011, o PLP 114 foi aprovado por unanimidade no Congresso Nacional em novembro de 2012, com o apoio de todos os partidos políticos nas duas Casas Legislativas e com notas técnicas favoráveis do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda. Visando adequar as Defensorias Públicas estaduais à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto de Lei confere à instituição os mecanismos legais para seu efetivo exercício e garante sua autonomia orçamentária.

Definida pela Constituição de 1988 como um dos pilares da Justiça brasileira, ao lado do Judiciário e do Ministério Público, a Defensoria Pública é responsável por garantir o acesso à justiça da população carente no país. A aprovação do PLP 114, além de um avanço, vai beneficiar toda a sociedade, em especial o cidadão em situação vulnerável, uma vez que possibilitará a contratação de mais profissionais, a expansão da Defensoria Pública para outros municípios e a universalização de seus serviços.

O Projeto não aumenta despesa dos estados nem prevê qualquer tipo de transferência ou vinculação de recursos. Pelo contrário, dá a Defensoria Pública o mesmo tratamento que a LRF já dá às demais instituições que, tal com a Defensoria, gozam de autonomia Constitucional, como o Ministério Público e os Tribunais de Contas. Não obstante, a presidente da República vetou integralmente o referido dispositivo em dezembro de 2012. Desde então, defensores públicos, políticos e sociedade civil estão se mobilizando pela derrubada do veto.

Isto posto, tomo a liberdade de encaminhar sugestão de ofício para encaminhamento ao presidente do Senado destacando a relevância social do projeto de lei, bem como a inequívoca aprovação da matéria pelo Congresso Nacional, com o apoio unânime de todos os partidos políticos, em todas as etapas da tramitação legislativa.

Agradecendo antecipadamente a atenção de V.Ex.a, apresento os meus melhores cumprimentos,

Rafael Morais Português de Souza
Presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP)





SENADO FEDERAL
PRESIDÊNCIA

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.

A Sua Senhoria a Senhora
CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhora Secretária-Geral,

Cumprimentando-a, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Documento s/nº.	Prefeitura do Município de Ouro Fino – MG.	Manifesta apoio à efetivação da autonomia financeira das Defensorias Públicas dos Estados mediante a derrubada do Veto Presidencial ao PLC nº 114/2011.
Of. nº 6/2013.	Câmara Municipal de Pomerode – SC.	Encaminha o Requerimento nº 1/2013, mediante o qual solicita a aprovação de proposta legislativa que versa sobre concessão dos benefícios previdenciários.
Ofício nº 008/2013-P.	Câmara Municipal de Guaratinguetá – SP.	Solicita a derrubada do veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar nº 114/2011.

Atenciosamente,

LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Chefe de Gabinete



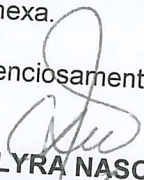
Recebido em 20/02/13
Hora: 10:00
Rodrigo Marinho Brum - Matr. 221032
Secretaria-Geral da Mesa

Brasília, 26 de fevereiro de 2013

Senhor Manoel Marcelo de Castro
Meirelles, Presidente da Câmara
Municipal de Guaratinguetá,

Em atenção ao seu Ofício nº 008/2013-P, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Excelência que sua manifestação foi juntada ao processado do Veto nº 44, de 2012, que *Encaminha ao Congresso Nacional as razões do VETO TOTAL aposto ao PLS 00225 2011 (PLP 00114 2011, na Câmara dos Deputados), que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências"*, conforme folha de tramitação anexa.

Atenciosamente,


CLAUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa
do Senado Federal





196 2013 00457

Sedex c/A R

www.amages.org.br

30 JAN 2013

Ofício nº 036/AMAGES

Vitória, 28 de Janeiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Senador
JOSÉ SARNEY - Presidente do Congresso Nacional

Junte-se ao processado do
nº 44, de 2012.
Em 21/02/13

Assunto: veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar nº. 114 de 2011.

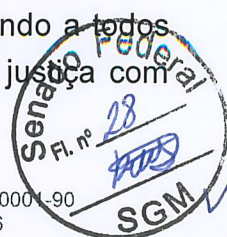
Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e, nesta oportunidade, manifestar o apoio da Associação dos Magistrados do Espírito Santo – AMAGES – entidade representativa dos Desembargadores, Juizes e Pensionistas associados, para a apreciação e derrubada do veto da Excelentíssima Senhora Presidente da República ao Projeto de Lei Complementar nº. 114, de 2011, que trata da regulamentação da autonomia financeira da Defensoria Pública dos Estados, matéria de autoria do Senador José Pimentel, aprovado no Congresso Nacional em novembro de 2012 com o apoio de todos os partidos políticos e de todas as bancadas.

Sem a efetividade da autonomia prevista na Constituição Federal, cria-se um obstáculo ao crescimento da Defensoria Pública, que atualmente está presente em apenas 42% das comarcas brasileiras e prestando seus serviços em manifesta desvantagem quantitativa em relação às demais instituições jurídicas assemelhadas, seja no número de membros, quadro de servidores, ou mesmo nas condições de trabalho.

A Defensoria Pública é hoje a única instituição que, embora tenha assegurada a autonomia na Constituição Federal desde 2004, ainda não tem a sua regulamentação prevista da Lei de Responsabilidade Fiscal, omissão essa que o projeto de lei em questão busca corrigir.

O veto presidencial, caso prevaleça, mantém a Defensoria Pública nessa situação de ausência de regulamentação e descompasso entre a norma constitucional e a legislação especial que disciplina a matéria, prejudicando a meta de universalização de seus serviços para todas as comarcas, assegurando a todos os que necessitem, a efetividade do direito constitucional de acesso à justiça com qualidade.





Desta forma, A AMAGES sugere que o Congresso Nacional, no exercício do poder que lhe é conferido pela Constituição Federal, aprecie e derrube o veto presidencial ao PLP nº. 114, de 2011, fazendo prevalecer a decisão dessa Casa de Leis, que claramente manifestou o desejo de ver fortalecida a Defensoria Pública e a defesa gratuita e de qualidade de todos os necessitados.

Renovo meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Juiz de Direito SÉRGIO RICARDO DE SOUZA
Presidente





SENADO FEDERAL
PRESIDÊNCIA

Brasília, 05 de fevereiro de 2013.

A Sua Senhoria a Senhora
CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhora Secretária-Geral,

Cumprimentando-a, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Ofício nº 036/AMAGES	Associação dos Magistrados do Espírito Santo	Solicita a apreciação do veto presidencial ao PLP nº 114, de 2011, fazendo prevalecer a decisão desta Casa de leis.
Of. GP/DE nº 370/12	Câmara Municipal de Valinhos	Encaminha a cópia da Moção de Apelo nº 48/12, no sentido de que seja aprovada a MP nº 579, que reduz as tarifas de energia elétrica.
Ofício nº 907/2012-DL-CMB	Câmara Municipal de Belém	Encaminha o Requerimento nº 781/2012.
Of. GP/DE nº 366/12	Câmara Municipal de Valinhos	Encaminha a cópia da Moção de Apelo nº 49/12, no sentido de que seja aprovado o PL que tramita no Congresso que reduz para 30 horas semanais a jornada de trabalho dos fonouadólogos.
Documento s/n	Senhor Pablo Rodrigo Alflen	Encaminha Sugestão ao Projeto de Novo Código Penal.

Atenciosamente,

Recebi em 5.2.2013
Hora: 15:48
Pérsio Henrique Barroso - Mat. 226091
Secretaria-Geral da Mesa

WILSON SOUZA
Subchefia de Gabinete



Brasília, 20 de fevereiro de 2013

Senhor Juiz de Direito Sérgio
Ricardo de Souza, Presidente da
Associação dos Magistrados do Espírito
Santo - AMAGES,

Em atenção ao seu Ofício nº
036/AMAGES, encaminhado a esta
Secretaria-Geral pela Presidência do
Senado, informo a Vossa Excelência que
sua manifestação foi juntada ao
processado do Veto nº 44, de 2012, que
*Encaminha ao Congresso Nacional as
razões do VETO TOTAL aposto ao PLS
00225 2011 (PLP 00114 2011, na
Câmara dos Deputados), que "Altera
dispositivos da Lei Complementar nº 101,
de 4 de maio de 2000, que estabelece
normas de finanças públicas voltadas
para a responsabilidade na gestão fiscal
e dá outras providências, conforme folha
de tramitação anexa.*

Atenciosamente,

CLAUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa
do Senado Federal



CN – 6-3-2013
19h25min

Sobre a mesa veto presidencial que será lido.



Veto Total nº 44, de 2012 (Mensagem nº 159, de 2012-CN), aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011-Complementar (nº 114, de 2011-Complementar, na Câmara dos Deputados), que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”.



De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, das Resoluções nº 2, de 2000-CN e nº 1, de 2012-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Veto Total nº 44, de 2012 (PLS 225/2011-Complementar)

Senadores

Eunício Oliveira
Zezé Perrella
José Agripino
Alfredo Nascimento
Randolfe Rodrigues

Deputados

Pedro Eugênio
Júnior Coimbra
Nelson Marchezan Júnior
Paes Landim

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 26 de março de 2013.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 5 de abril de 2013.

A matéria vai à publicação.



SCOM - Comissões Mistas

De: SCOM - Comissões Mistas
Enviado em: sexta-feira, 8 de março de 2013 09:14
Assunto: Comissão Mista do Veto Total nº 44 de 2012
Anexos: Comissão Mista VET 44_2012.pdf

Controle:

Destinatário	Entrega	Ler
'alfredo.nascimento@senador.gov.br'	Entregue: 08/03/2013 09:14	
'dep.juniorcoimbra@camara.leg.br'		
'dep.nelsonmarchezanjunior@cam'		
'dep.paeslandim@camara.leg.br'		
'dep.pedroeugenio@camara.leg.br'		
'eunicio.oliveira@senador.gov.br'	Entregue: 08/03/2013 09:14	
'jose.agripino@senador.gov.br'	Entregue: 08/03/2013 09:14	
'lid.pmdb@camara.leg.br'		
'lid.psdb@camara.leg.br'		
'lid.pt@camara.leg.br'		
'lid.ptb@camara.leg.br'		
Liderança do Bloco de Apoio ao Governo	Entregue: 08/03/2013 09:14	
Liderança do Democratas - LIDDEM	Entregue: 08/03/2013 09:14	
Liderança do PDT	Entregue: 08/03/2013 09:14	
Liderança do PMDB	Entregue: 08/03/2013 09:14	
Liderança do PR	Entregue: 08/03/2013 09:14	
'randolfe.rodrigues@senador.gov.br'	Entregue: 08/03/2013 09:14	
'zeze.perrella@senador.gov.br'	Entregue: 08/03/2013 09:14	
Sen. Eunício Lopes de Oliveira		

Excluído: 08/03/2013 11:23

Excelentíssimo Senhor Parlamentar membro da Comissão Mista destinada a apreciar o Veto Total nº 44 de 2012,

Dirijo-me respeitosamente a Vossa Excelência para informar que em Sessão do Congresso Nacional, realizada em 06 de março de 2013, foi constituída a Comissão Mista destinada a apreciar o Veto Total nº 44 de 2012 que "Encaminha ao Congresso Nacional as razões do VETO TOTAL aposto ao PLS 00225 2011 (PLP 00114 2011, na Câmara dos Deputados), que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".

Desse modo, encaminhamos a Vossa Excelência a composição dos membros da Comissão, com as respectivas idades, informando que o prazo para a apresentação do Relatório é até o dia 26 de março 2013, nos termos do artigo 105 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Senado Federal
Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Subsolo, Sala 04
70165-900 Brasília - DF
Telefone: + 55 (61) 3303-4256



"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente."



SCOM - Comissões Mistas

De: Microsoft Outlook
Para: lid.psd@camara.leg.br; lid.pmd@camara.leg.br; lid.ptb@camara.leg.br;
lid.pt@camara.leg.br; dep.nelsonmarchezanjunior@camara.leg.br;
dep.juniorcoimbra@camara.leg.br; dep.pedroeugenio@camara.leg.br;
dep.paeslandim@camara.leg.br
Enviado em: sexta-feira, 8 de março de 2013 09:15
Assunto: Relayed: Comissão Mista do Veto Total nº 44 de 2012

Delivery to these recipients or groups is complete, but no delivery notification was sent by the destination server:

lid.psd@camara.leg.br (lid.psd@camara.leg.br)

lid.pmd@camara.leg.br (lid.pmd@camara.leg.br)

lid.ptb@camara.leg.br (lid.ptb@camara.leg.br)

lid.pt@camara.leg.br (lid.pt@camara.leg.br)

dep.nelsonmarchezanjunior@camara.leg.br (dep.nelsonmarchezanjunior@camara.leg.br)

dep.juniorcoimbra@camara.leg.br (dep.juniorcoimbra@camara.leg.br)

dep.pedroeugenio@camara.leg.br (dep.pedroeugenio@camara.leg.br)

dep.paeslandim@camara.leg.br (dep.paeslandim@camara.leg.br)

Subject: Comissão Mista do Veto Total nº 44 de 2012





196201301070

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CONSER LESTE 2

Av. João Pinheiro, 39 – 2º andar.
30130-180 - Belo Horizonte - MG
Tel: (31) 3224-2434. Fax: (31) 3224-0017.
E-mail: secgeral@cnbblesste2.org.br

13 MAR 2013

ARQUIDIOCESE
DE BELO HORIZONTE



VICARIATO EPISCOPAL PARA A
AÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Valorizando vidas para transformar a sociedade.
Transformando a sociedade para valorizar vidas.



**PASTORAL
CARCERÁRIA**
"Estive preso e vieste me visitar"

Ofício nº 002/2013

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

Junte-se ao processado
nº 44, de 2012
Em 25/03/13

Assunto: Derrubada do veto 44/2012 (mensagem de veto nº 581 de 19/12/2012) da Presidência da República ao PLS 225/2011 (PLP 114/2011 na Câmara dos Deputados) de autoria de Sua Excelência, o Senador José Pimentel, que trata da autonomia orçamentária e financeira da Defensoria Pública dos Estados e determina os direitos e deveres previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A **PASTORAL CARCERÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CNBB LESTE II** é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade da Igreja Católica, com sede administrativa em Belo Horizonte, Minas Gerais, e possui em sua estrutura organizacional, como Bispo Referencial da Regional Leste II, Sua Excelência Reverendíssima Dom Hugo Maria Van Steekelenburg; como coordenadora da Regional Leste II, Maria de Lourdes de Oliveira e, ainda, como coordenador nacional da Pastoral Carcerária, Sua Reverência Padre Valdir João Silveira. Este último estabelecido na Capital do Estado de São Paulo.



25.03.13



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CONSER LESTE 2

Av. João Pinheiro, 39 – 2º andar.
30130-180 - Belo Horizonte - MG
Tel: (31) 3224-2434. Fax. (31) 3224-0017.
E-mail: secgeral@cnbbleste2.org.br

ARQUIDIOCESE
DE BELO HORIZONTE



VICARIATO EPISCOPAL PARA A
AÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Valorizando vidas para transformar a sociedade.
Transformando a sociedade para valorizar vidas.



PASTORAL
CARCERÁRIA
“Estive preso e vieste me visitar”

A Pastoral Carcerária possui relevante papel na sociedade, porque de um lado figura como entidade da sociedade civil e de outro possui legitimidade para atuar nos estabelecimentos de privação de liberdade com o fim de promover a **assistência religiosa** garantida na Constituição da República de 1988, em seu artigo 5º, VII, bem como na Lei de Execução Penal (7.210/1984), em especial em seus artigos 11, 24 e 41.

Embora a Pastoral possua atuação na esfera pública, ela não se encontra inserida no âmbito privado e nem no Poder Público, mas sim, constitui uma organização de interesse público, sendo certo, ainda, que o seu serviço religioso no interior das prisões conta com a proteção do Poder Público.

O compromisso da Pastoral Carcerária com os direitos humanos é histórico. Apoiamos iniciativas legislativas, políticas públicas e ações que visam ao respeito e integralidade do ser humano, combatendo toda e qualquer medida que possa restringir ainda mais os direitos de pessoas que se encontram privadas de sua liberdade.

É importante destacar que a Pastoral Carcerária não possui qualquer vínculo administrativo com órgãos do Estado. É autônoma e independente do Estado, sendo que se trata de um serviço da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como inicialmente ressaltado.

Uma das mais importantes características da Pastoral Carcerária é o quanto e o como ela se encontra inserida nos estabelecimentos prisionais. É um organismo que conta com mais de 6.000 (seis mil) agentes pastorais voluntários em todas as regiões do país,





CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CONSER LESTE 2

Av. João Pinheiro, 39 – 2º andar.
30130-180 - Belo Horizonte - MG
Tel: (31) 3224-2434. Fax: (31) 3224-0017.
E-mail: secgeral@cnbblesste2.org.br

ARQUIDIOCESE
DE BELO HORIZONTE



VICARIATO EPISCOPAL PARA A
AÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Valorizando vidas para transformar a sociedade.
Transformando a sociedade para valorizar vidas.



PASTORAL
CARCERÁRIA
"Estive preso e vieste me visitar"

assegurando visita periódica semanal a esses estabelecimentos, tendo o seu trabalho se tornado fundamental como forma de diagnosticar a situação atual da tortura no Brasil¹.

Esse trabalho, por vezes, nos faz participar de órgãos diversos, como o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais e de Conselhos da Comunidade em diversas Comarcas do país. Conselhos estes previstos na Lei de Execução Penal, em seu artigo 61.

Destacadas essas explicitações de ordem organizacional e estrutura, passamos a expor as razões deste ofício, que se preza a apoiar os trabalhos que ocorrem no Congresso Nacional para derrubada do veto 44/2012, da Presidência da República, ao PLS 225/2011 (PLP 114/2011, na Câmara dos Deputados), vez que não podemos nos resignar a esse veto.

Conforme já exposto, a Pastoral Carcerária atua em todo o País, em estabelecimentos dos mais diversos, o que nos autoriza a apontar a relevância da Defensoria Pública para a plena e efetiva cidadania dos Brasileiros parcos de recursos.

Esta relevância até a presente data não ocorre em muito pela ausência de autonomia orçamentário-financeira da instituição, levando até mesmo a total inexistência dos trabalhos deste órgão em cidades relevantes de nosso Estado, a que dizer do País, onde somente recentemente foram criadas as Defensorias Públicas.

O PLS 225/2011 surgiu para corrigir essa deficiência que para nós, em nosso humilde e sempre respeitoso entendimento, até então era mais um "descaso" com os cidadãos mais carentes.

¹ PASTORAL CARCERÁRIA. *Relatório sobre tortura: uma experiência de monitoramento dos locais de detenção para prevenção da tortura*. Paulus. São Paulo, 2010.





CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CONSER LESTE 2

Av. João Pinheiro, 39 – 2º andar.
30130-180 - Belo Horizonte - MG
Tel: (31) 3224-2434. Fax. (31) 3224-0017.
E-mail: secgeral@cnbblesite2.org.br

ARQUIDIOCESE
DE BELO HORIZONTE



VICARIATO EPISCOPAL PARA A
AÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Valorizando vidas para transformar a sociedade.
Transformando a sociedade para valorizar vidas.



PASTORAL
CARCERÁRIA
"Estive preso e vieste me visitar"

De tramitação célere, e com apoio surpreendente em ambas as casas legislativas, o Projeto foi encaminhado para sanção presidencial com apoio de diversos membros do Legislativo, da situação e oposição, sem objeções das respeitadas Comissões dessas Casas, incluindo, ainda, pareceres favoráveis de setores do próprio executivo, a saber, destaca-se, o Ministério da Justiça.

Todavia, para perplexidade nacional dos interessados, sob justificativa inaceitável, isto como já notório em face das mais diversas manifestações públicas, o projeto foi vetado ao argumento de orientações de membros representantes das fazendas públicas estaduais que integram o Conselho Nacional de Política Fazendária.

Ora Senhor Presidente, não podemos concordar com esta justificativa, e desejamos por meio deste ofício requerer o apoio de Vossa Excelência para se manifestar em sentido contrário a este veto. Explica-se.

O Congresso Nacional, cujos Excelentíssimos Deputados e Senadores são os representantes populares eleitos pelo voto direto, deve manifestar a vontade do povo em suas deliberações, tudo para a excelência e harmonia no desenvolvimento do Estado Brasileiro.

Ambos, Deputados e Senadores, sabemos serem conhecedores das finanças públicas de seus Estados, com destaque para estes, e, ante a movimentação do PLS 225/2011, podemos ver que todos consideraram o mesmo relevante, dando ao mesmo uma tramitação e aprovação em curto prazo, com urgência regimental.

Isto por si só já se preza a demonstrar o desejo do Congresso Nacional, mas ainda há mais.





CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CONSER LESTE 2
Av. João Pinheiro, 39 – 2º andar.
30130-180 - Belo Horizonte - MG
Tel: (31) 3224-2434. Fax: (31) 3224-0017.
E-mail: secgeral@cnbbbleste2.org.br

ARQUIDIOCESE
DE BELO HORIZONTE



VICARIATO EPISCOPAL PARA A
AÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Valorizando vidas para transformar a sociedade.
Transformando a sociedade para valorizar vidas.



PASTORAL
CARCERÁRIA
"Estive preso e vieste me visitar"

A autonomia das Defensorias Públicas Estaduais foi inserida desde 2004 na Constituição da República (EC 45/2004), tudo com o fim de se alcançar a melhor aplicação de nossa Carta Magna de 1988. Sem acesso à justiça, diversos cidadãos se encontram subjugados à sorte em seus direitos, dos mais diversos.

Neste particular, indo além de nossa convivência, sabemos que a Defensoria Estadual atua aos necessitados em diversos temas, como exemplos relevantes: combatendo aquele pai que deixa de suprir as necessidades afetivas e materiais aos filhos; ao reconhecimento de paternidade com subsequentes direitos; protegendo pessoas de grupos sociais vulneráveis, podendo-se destacar, ainda, diversos outros temas.

Por isso só, esse proeminente trabalho já traz economias reflexas ao Estado, de diversos tipos, não podendo ser dado ao PLS 225/2011 o ônus que aqueles membros do Conselho Nacional de Política Fazendária preferiram utilizar em seus argumentos.

Com este trabalho a Defensoria Pública Estadual contribui para um Estado Brasileiro mais digno socialmente, cumpridor dos objetivos de nossa Carta Magna, e, ainda, ao respeito de nossa nação ao Direito Internacional, vez que promove o cumprimento, além das leis pátrias, de diversos tratados internacionais, como aqueles que defendem crianças e adolescentes, até aos tratados que almejam combater maus-tratos e torturas.

Manter o veto presidencial, ou obstaculizar um trâmite célere para sua derrubada, é negar o acesso de diversos brasileiros a serviços que possuem por direito; direitos estes que existem, mas não são acessados por desconhecimento ou ignorância. Uma vez estruturada, a Defensoria Pública pode trabalhar para amenizar todo esse problema.

Por fim, agradecemos que seja dispensada atenção à nossa manifestação e solicitamos a Vossa Excelência que possibilite, enquanto **Presidente do Congresso Nacional**, a derrubada desse tão danoso veto presidencial 44/2012 (mensagem nº 581 de 19/12/2012) ao





CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CONSER LESTE 2

Av. João Pinheiro, 39 – 2º andar.
30130-180 - Belo Horizonte - MG
Tel: (31) 3224-2434. Fax. (31) 3224-0017.
E-mail: secgeral@cnbblesite2.org.br

ARQUIDIOCESE
DE BELO HORIZONTE



VICARIATO EPISCOPAL PARA A
AÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Valorizando vidas para transformar a sociedade.
Transformando a sociedade para valorizar vidas.



**PASTORAL
CARCERÁRIA**
"Estive preso e vieste me visitar"

PLS 225/2011 (PLP 114/2011, na Câmara dos Deputados), levando a prevalecer a decisão de ambas as Casas legislativas, onde, conforme manifestações de seus membros e de maneira célere e firme, desejou-se ter uma Defensoria Pública forte e atuante em todo território brasileiro.

Sempre respeitosamente,

Dom Hugo Maria Van Steekelenburg
Bispo Referencial da Pastoral Carcerária CNBB - Regional Leste II/MG

Maria de Lourdes de Oliveira
Coordenadora da Pastoral Carcerária de MG
CNBB - Regional Leste II

Massimiliano Russo
Coordenador Jurídico
OAB/MG 120.097

Jaqueline A. Pereira
Advogada Voluntária
OAB/MG 104.658

"A Igreja participa das alegrias e esperanças, das angústias e das tristezas dos homens, é solidária com todo o homem e com toda mulher, de todo lugar e de todo tempo, e leva-lhes a Boa Nova do Reino de Deus, que com Jesus Cristo veio e vem em meio a eles."

Concílio Vaticano II, Const. Past. Gaudium ET spes, 1: AAS 58 (1866) 1025-1026





SENADO FEDERAL
PRESIDÊNCIA

Brasília, 18 de março de 2013.

A Sua Senhoria a Senhora
CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhora Secretária-Geral,

Recebido em 18/03/2013
Hora: 14h 49min
Sued F.F.
Sued Ferret Fagundes
Metr. 232866 Secretária - Geral da Mesa

Cumprimentando-a, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Ofício nº 002/2013	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	Derrubada do veto 44/2012 da Presidência da República ao PLS 225/2011.
Ofício nº 018/2013	Confederação dos Servidores Públicos do Brasil	Encaminha Moção de Apoio ao projeto de Lei 265/2008.
Ofício nº 016/2013	Confederação dos Servidores Públicos do Brasil	Encaminha Moção de Apoio ao Projeto de Lei 132/2005.
Ofício nº 014/2013	Confederação dos Servidores Públicos do Brasil	Encaminha de Moção atinente à aposentadoria especial na educação pública.
Ofício nº 021/2013	Confederação dos Servidores Públicos do Brasil	Encaminha Moção de apoio ao cumprimento da Resolução 01/2009, do Conselho Nacional da Educação.
Ofício nº 023/2013	Confederação dos Servidores Públicos do Brasil	Encaminha Moção atinente às atividades desenvolvidas na Comissão da Verdade frente aos crimes contra os direitos humanos.
Ofício nº 025/2013	Confederação dos Servidores Públicos do Brasil	Encaminha Moção de repúdio atinente ao envio de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério.

Atenciosamente,


LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Chefe de Gabinete

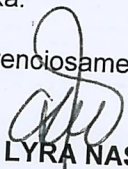


Brasília, 25 de março de 2013

Senhor Dom Hugo Maria Van Steekelenburg, Bispo Referencial da Pastoral Carcerária – CNBB,

Em atenção ao seu Ofício nº 002/2013 encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Excelência que sua manifestação foi juntada ao processado do Veto nº 44, de 2012, que *Encaminha ao Congresso Nacional as razões do VETO TOTAL aposto ao PLS 00225 2011 (PLP 00114 2011, na Câmara dos Deputados), que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências"*, conforme folha de tramitação anexa.

Atenciosamente,


CLAUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa
do Senado Federal





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **Dudimar Paxiúba** - PSDB/PA

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2013.

*Junta-se ao moc
sede do Veto nº 44
de 2012.*

Em 25/03/13

Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e, nesta oportunidade, manifestar o apoio deste parlamentar do Estado do Pará, **Deputado Dudimar Paxiúba – PSDB/PA**, para a apreciação e derrubada do veto da Presidente da República ao Projeto de Lei Complementar nº. 114, de 2011, que trata da regulamentação da autonomia financeira da Defensoria Pública dos Estados, matéria de autoria do Senador José Pimentel, aprovado no Congresso Nacional em novembro de 2012 com o apoio de todos os partidos políticos e de todas as bancadas.

Sem a efetividade da autonomia prevista na Constituição Federal, cria-se um obstáculo ao crescimento da Defensoria Pública, que atualmente está presente em apenas 42% das comarcas brasileiras e prestando seus serviços em manifesta desvantagem quantitativa em relação às demais instituições jurídicas assemelhadas, seja no número de membros, quadro de servidores, ou mesmo nas condições de trabalho.

A Defensoria Pública é hoje a única instituição que, embora tenha assegurada a autonomia na Constituição Federal desde 2004, ainda não tem a sua regulamentação prevista da Lei de Responsabilidade Fiscal, omissão essa que o projeto de lei em questão busca corrigir.

O veto presidencial, caso prevaleça, mantém a Defensoria Pública nessa situação de ausência de regulamentação e descompasso entre a norma constitucional e a legislação especial que disciplina a matéria, prejudicando a meta de universalização de seus serviços para todas as comarcas, assegurando a todos os que necessitem a efetividade do direito constitucional de acesso à justiça com qualidade.

Desta forma, solicito que o Congresso Nacional, no pelo exercício do poder que lhe é conferido pela Constituição Federal, aprecie e derrube o veto presidencial ao PLP nº. 114, de 2011, fazendo prevalecer à decisão dessa Casa de Leis, que claramente manifestou o desejo de ver fortalecida a Defensoria Pública e a defesa gratuita e de qualidade de todos os necessitados.

Renovo os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado Federal DUDIMAR PAXIÚBA
PSDB/PA

Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros

DD. Presidente do Congresso Nacional.

Brasília-DF

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	44 / 2012
Fls.: 45	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

*Recel'as 3h46 d
20/11/2013
da Presidência
Marcel*



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA

Incluído-se ao processo
do do Veto nº 44,
de 2012.

Em 25/03/13

Of. n.º 0125/2013

Brasília, 05 de Março de 2013.

Senhor Presidente,

Na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Apoio e Fortalecimento às Defensorias Públicas Federais e Estaduais, solicito à V.Excia. que coloque em regime de URGÊNCIA, a votação do veto presidencial o PLP 114/2011, veto esse ocorrido no dia 20/12/2012, pela Exma. Srª Presidente da República.

O Projeto de lei nº. 114/2011 é uma consequência inexorável da autonomia constitucional da Defensoria Pública e confere à instituição os mecanismos legais necessários para o seu efetivo exercício. Ele não foi elaborado pensando apenas na "atual conjuntura", mas sim para uma mudança estrutural e permanente que implemente a autonomia da Defensoria Pública, em obediência ao comando constitucional.

A estruturação das Defensorias Públicas atenderá sobremaneira milhões de brasileiros tão necessitados de acesso gratuito a justiça, pois as Defensorias poderão a partir de sua reestruturação administrativa e financeira, aumentar seu efetivo de defensores e estender suas atividades a todos os rincões de pobreza desse País.

Acrescente-se que, durante a tramitação na CFT, o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Reforma do Judiciário apresentou a Nota Técnica nº. 302/2012, manifestando-se favorável à aprovação integral do Projeto. Também o Ministério da Fazenda

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	44 / 2012
1.1	

Realiz. da Presidência SF, às
17h59 de 6/3/13
nyarcost



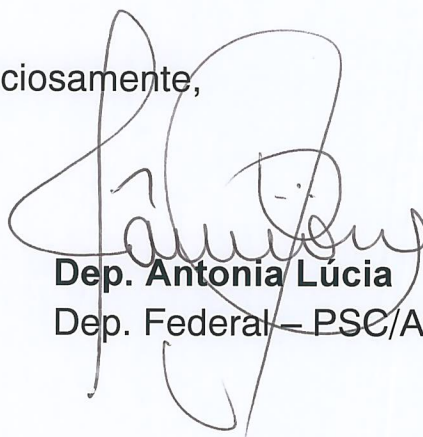
CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA

apresentou Nota Técnica favorável ao projeto, sugerindo a inclusão de outros dispositivos não relacionados à organização da Defensoria Pública e que, por essa razão, não foram acolhidos pelo relator na CFT, Deputado Antônio Andrade.

Convencida de sua sensibilidade para nossa nobre causa, desde já depositamos total confiança de que V.Excia. apressará a análise pelo plenário do veto presidencial.

Sem mais para o momento, reitera-se protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Dep. Antonia Lúcia
Dep. Federal – PSC/AC.

Ao Exmo Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador RENAN CALHEIROS
Pres. do Senado Federal

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
JET nº	44 / 2012
Fis.: 47	Rubrica:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA

*Junta-se ao processo
do Veto nº 44/12
Que 12 p/13*

Of. n.º 0248/2013

Brasília, 09 de Abril de 2013.

Presidência do Senado Federal
Jacqueline Souza, Mat. 4725
RECEBI O ORIGINAL

Senhor Presidente,

Em: 09.04.2013 Hs: 17h15
Jacqueline

Na condição de Presidente da **Frente Parlamentar de Apoio e Fortalecimento às Defensorias Públicas Federais e Estaduais**, providenciei a coleta de assinaturas de Líderes partidários no Senado e na Câmara dos Deputados, conforme Anexo, que expressaram de forma expressiva a vontade política de que seja apreciado pelo Congresso Nacional o veto presidencial ao PLP 114/2011.

Desta forma e diante da sensibilização desses Líderes, solicito à V.Excia. que coloque em regime de **URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**, a votação do veto presidencial ao PLP 114/2011, na próxima reunião do Congresso Nacional.

O Projeto de lei nº. 114/2011 é uma consequência inexorável da autonomia constitucional da Defensoria Pública e confere à instituição os mecanismos legais necessários para o seu efetivo exercício. Ele não foi elaborado pensando apenas na "atual conjuntura", mas sim para uma mudança estrutural e permanente que implemente a autonomia da Defensoria Pública, em obediência ao comando constitucional.

A estruturação das Defensorias Públicas atenderá sobremaneira milhões de brasileiros tão necessitados de acesso gratuito a justiça, pois as Defensorias poderão a partir de sua reestruturação administrativa e financeira, aumentar seu efetivo de

*Recel. às 18h25
de 10/4/13 Marcos A.*

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional	
VE nº	44 / 2012
Fls.	48
Rubrica:	<i>[Assinatura]</i>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA

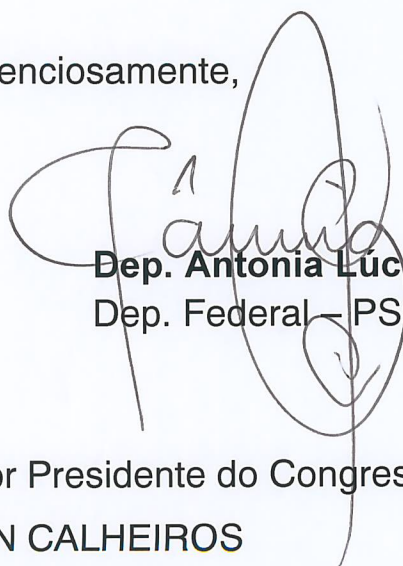
defensores e estender suas atividades a todos os rincões de pobreza desse País.

Acrescente-se que, durante a tramitação na CFT, o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Reforma do Judiciário apresentou a Nota Técnica nº. 302/2012, manifestando-se favorável à aprovação integral do Projeto. Também o Ministério da Fazenda apresentou Nota Técnica favorável ao projeto, sugerindo a inclusão de outros dispositivos não relacionados à organização da Defensoria Pública e que, por essa razão, não foram acolhidos pelo relator na CFT, Deputado Antônio Andrade.


Convencida de sua sensibilidade para nossa nobre causa, desde já depositamos total confiança de que V.Excia. apressará a análise pelo plenário do veto presidencial.

Sem mais para o momento, reitera-se protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Dep. Antonia Lucia
Dep. Federal – PSC/AC.

Ao Exmo Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador RENAN CALHEIROS
Pres. do Senado Federal

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	44 / 2012
Fls.: 49	Rubrica: 



Na condição de Presidente da **FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO E FORTALECIMENTO ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS** defendo a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 114/2011.

Requer regime de urgência urgentíssima para apreciação do PLP 114/2011.

Senador	Assinaturas	Partido / UF
Sen. Rodrigo Rollemberg		PSB / DF
Sen. Inácio Arruda		PCdoB / CE
Sen. Sérgio Petecão		PSD / AC
Sen. João Costa		PPL / TO
Sen. Eduardo Lopes		PRB / RJ
Sen. Randolfe Rodrigues		PSOL / AP
Sen. Paulo Davim		PV / RN
Sen. Wellington Dias		Bloco de Apoio ao Governo
Sen. Eunício Oliveira		Bloco Parlamentar da Maioria



CONGRESSO NACIONAL

Na condição de Presidente da **FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO E FORTALECIMENTO ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS** defendo a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 114/2011.

Requer regime de urgência urgentíssima para apreciação do PLP 114/2011.

Senador

Assinaturas

Partido / UF

Sen. Eduardo Amorim

PSC/SE

Sen. Wellingtons Dias

PT/PI

Sen. Eunício Oliveira

PMDB/CE

Sen. Aloysio Nunes Ferreira

PSDB/SP

Sen. Gim Argelo

PTB / DF

Sen. Acir Gurgacz

PDT / RO

Sen. Francisco Dornelles

PP / RJ

Sen. Jose Agripino

DEM / RN


Sen. Alfredo Nascimento

PR / AM



Na condição de Presidente da **FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO E FORTALECIMENTO ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS** defendo a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 114/2011.

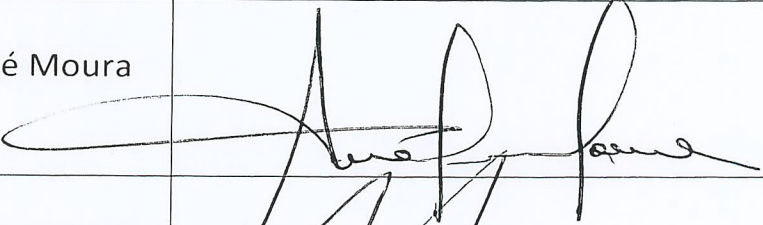
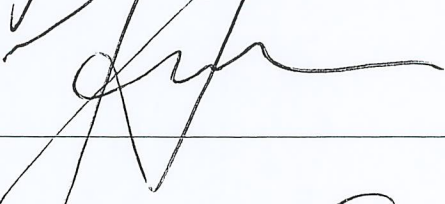

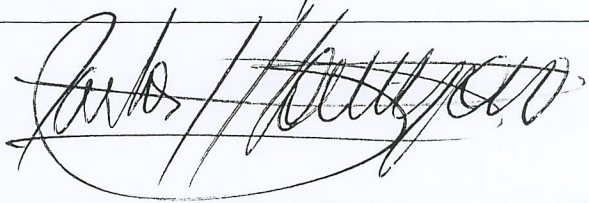
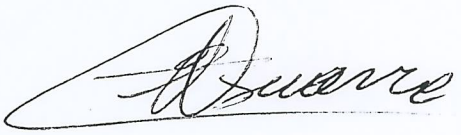

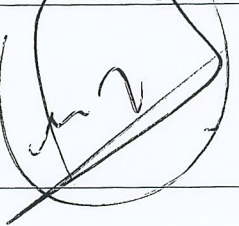
Requer regime de urgência urgentíssima para apreciação do PLP 114/2011.

Senador	Assinaturas	Partido / UF
Sen. Mário Couto		Bloco Parlamentar da Minoria
Sen. Gim Argelo		Bloco Parlamentar União e Força



Na condição de Presidente da **FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO E FORTALECIMENTO ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS** defendo a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 114/2011.

Requer regime de urgência urgentíssima para apreciação do PLP 114/2011.

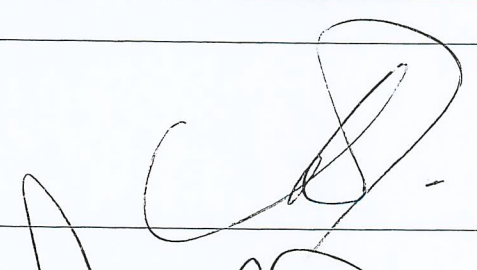
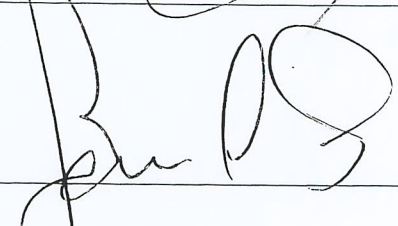
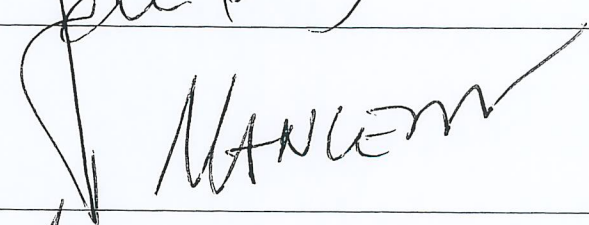
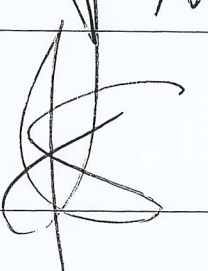
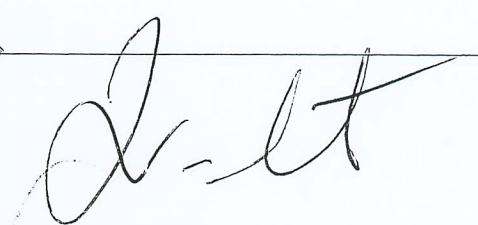
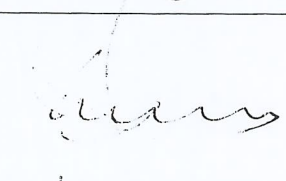
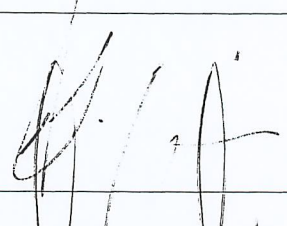
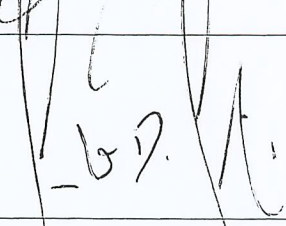
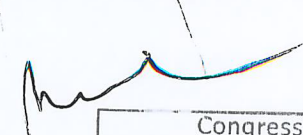
Partido	Líder	Assinatura
PSC	Dep. André Moura	
PT	Dep. José Guimarães	
PMDB	Dep. Eduardo Cunha	
PSDB	Dep. Carlos Sampaio	
PSD	Dep. Eduardo Sciarra	
loco PR, PTdoB, PRP, PHS, PTC, PSL, PRTB	Dep. Antony Garotinho	
PP	Dep. Arthur Lira	
PSB	Dep. Beto Albuquerque	
DEM	Dep. Ronaldo Caiado	




CONGRESSO NACIONAL

Na condição de Presidente da **FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO E FORTALECIMENTO ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS** defendo a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 114/2011.

Requer regime de urgência urgentíssima para apreciação do PLP 114/2011.

Partido	Líder	Assinatura
PDT	Dep. André Figueiredo	
PTB	Dep. Jovair Arantes	
PCdoB	Dep. Manuela D'ávila	
PRB	Dep. George Hilton	
PSOL	Dep. Ivan Valente	
PMN	Dep. Dr. Carlos Alberto	
PV	Dep. Sarney Filho	
PEN	Dep. Fernando Francischini	
PPS	Dep. Rubens Bueno	

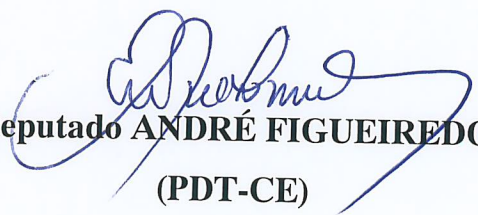
Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
Lei nº	44 / 2012
Fls.: 54	Rubrica: 

REQUERIMENTO Nº , de 2013
(do Deputado André Figueiredo)


Junta-se ao
Mensagem do Veto
44, de 2012
Em 29/05/13,
André Figueiredo

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 121 do Senado Federal, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal), que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.


Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
(PDT-CE)

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 44 / 2012
Fls. 55 Rubrica: MONTIN

Recebi
Em 28/05/2013

Maria Lúcia Ferreira de Mello
Matr. 19085-02 12:02 H

✓
28.05.13



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA

*Junta-se ao processado
do veto nº 44, de 2012
Em 29/05/13
Antônia Lúcia*

Of. n.º 0320/2013

Brasília, 28 de Maio de 2013.

28 MAI 2013

Senhor Presidente,

Na condição de Presidente da **Frente Parlamentar de Apoio e Fortalecimento às Defensorias Públicas Federais e Estaduais**, venho reiterar minha solicitação à V.Excia. para que coloque em regime de **URGÊNCIA**, se possível na sessão do Congresso Nacional que ocorrerá hoje, 28/05/2013, às 20:00 horas, a votação do veto presidencial o PLP 114/2011, veto esse ocorrido no dia 20/12/2012, pela Exma. Srª Presidente da República.

O Projeto de Lei nº. 114/2011 é uma consequência inexorável da autonomia constitucional da Defensoria Pública e confere à instituição os mecanismos legais necessários para o seu efetivo exercício. Ele não foi elaborado pensando apenas na "atual conjuntura", mas sim para uma mudança estrutural e permanente que implemente a autonomia da Defensoria Pública, em obediência ao comando constitucional.

A estruturação das Defensorias Públicas atenderá sobremaneira milhões de brasileiros tão necessitados de acesso gratuito a justiça, pois as Defensorias poderão a partir de sua reestruturação administrativa e financeira, aumentar seu efetivo de defensores e estender suas atividades a todos os rincões de pobreza desse País.

Acrescente-se que, durante a tramitação na CFT, o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Reforma do Judiciário

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 44 / 2012
Fls. 50 Rubrica: *Mon Din* ✓ 28.05.13



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA

apresentou a Nota Técnica nº. 302/2012, manifestando-se favorável à aprovação integral do Projeto. Também o Ministério da Fazenda apresentou Nota Técnica favorável ao projeto, sugerindo a inclusão de outros dispositivos não relacionados à organização da Defensoria Pública e que, por essa razão, não foram acolhidos pelo relator na CFT, Deputado Antônio Andrade.

Convencida de sua sensibilidade para nossa nobre causa, desde já depositamos total confiança de que V.Excia. apressará a análise pelo plenário do veto presidencial.

Sem mais para o momento, reitera-se protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Dep. Antonia Lúcia
Dep. Federal – PSC/AC.

Presidência do Senado Federal

Recebi o Original

Em: 28/05/13 Hs 10:48

Lucia Lúcia

Ao Exmo Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador RENAN CALHEIROS

Recebi Pres. do Senado Federal

Em 28/05/2013

ao 16h46min Le. Schen

Flávia Mondin Leivas Bis

Matr. 41005

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional

VET nº 44 / 2012

Fls. 57 Rubrica: MONDIN



CONGRESSO NACIONAL

Junte-se ao processo do Veto nº 44, de 2012

Em 03/06/2013

[Assinatura]

REQUERIMENTO
Nº , DE 2013 – CN

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão na ordem do dia da próxima sessão conjunta do Congresso Nacional do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidente da República, aposto ao PLS 00225 2011 (PLP 00114 2011, na Câmara dos Deputados), que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".

[Assinatura]

Deputado **HELIO SANTOS**
PSD/MA



3E6B607F28

V
31.05.13

Recebi em 29/5/13 à 16h08m

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 44 / 2012
Fls. 58 Rubrica: *[Assinatura]*



Senado Federal
Gabinete do Senador Magno Malta

Junte-se ao processado
do Veto nº 44, de 2012

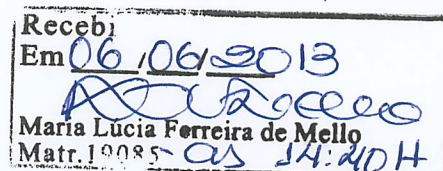
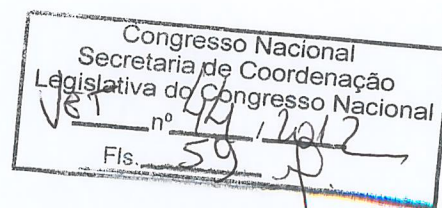
Em 6/6/2013

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

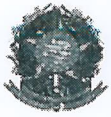
Requeiro, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal), que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Sala das Sessões em, 29 de maio de 2013.

SENADOR MAGNO MALTA
PR/ES



V
06.06.13



CONGRESSO NACIONAL

OFÍCIO/GAB-BSB/159-2013

Exmo Senhor
Presidente do Congresso Nacional,
Senador Renan Calheiros

Junta-se ao processado
do Veto nº 44 de 2012.

Em 19/06/13

Brasília, 18 de junho de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal), que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.


FABIO TRAD - PMDB/MS
Deputado Federal

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional

VET nº 44 / 2012
Fls. 60 Rubrica.

Recebi
Em 19/06/13 11:15
Edimar Luiz da Silva Filho
Matr. 232364

V
15.06.13



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº

*Trmite-se ao
processado do
Veto nº 44 de 2012
, DE 2013 Em 19/06/13*

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011, (nº 225/11, no Senado Federal), que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal e dá outras providências", com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para a organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado CARLOS SOUZA

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 44 102732
Fls. 61 Rubrica:



*Recebi este original em
19.06.13 às 12h10.
Deiane Reis
228598.*

*✓
1906-13*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 32/RGM/2013

Junte-se ao processo
do veto nº 44, de 2012

Em 27/6/2013

Brasília, 25 de junho de 2013.

Excelentíssimo Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Venho por meio deste requerer de Vossa Excelência que seja encaminhado para a tramitação, em **Regime de Urgência**, o Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 114 de 2011, nº 225/2011 no Senado Federal. Que “altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal e dá outras providências”, com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Respeitosamente,

RAIMUNDO GOMES DE MATOS
Deputado Federal – PSDB/CE

Recebido às 12h de 26/6/13

mat-230173

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional

VET nº 44 / 2012

Fls. 62

Rubrica: RAIMUNDO 6.06.13



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Henrique Oliveira

Junta-se ao processo
do Veto nº 44 de 2012.
Em 4/7/13
J. Maranh

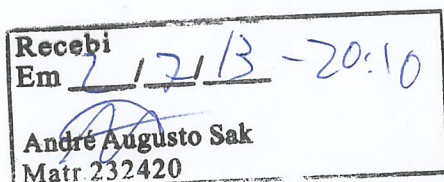
REQUERIMENTO N.º , DE 2013
(Do Deputado Henrique Oliveira)

**“Requer A Urgência para
apreciação do Veto Total
nº 44, de 2012, aposto ao
Projeto de Lei
Complementar nº 114, de
2011.”**

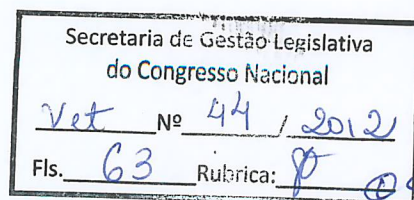
Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, **urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012**, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal), que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 2013.



Deputado **Henrique Oliveira**
PR/AM



5CBB55E346

Sunte-se ao processando
do VET 44/2012
Em 4/7/13
Jmang



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**


Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Venho, por meio do presente, requerer a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, urgência para apreciação do Veto Total n. 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar n. 114/2011 (n. 225/11 no Senado Federal), que "Altera dispositivos da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional n. 45/2004.

Atenciosamente,


Sala das Sessões, em


Senador ATAÍDES OLIVEIRA

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
Vet	Nº 44/2012
Fls. 64	Rubrica: 

Recebi às 16h34min de 31/7/13

V
04.07.13


mat. 230173



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº _____ / 2013
(Do Sr. Deputado **Francisco Tenório**)

Junte-se ao processado
do Veto nº 44 2012

Em 4/7/13

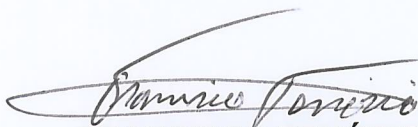
Imar

*Requer urgência na apreciação do Veto
Total nº 44, de 2012, da Presidência da
República, aposto ao Projeto de Lei
Complementar nº 114, de 2011.*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011, que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Sala das Sessões, de julho de 2013.


FRANCISCO TENÓRIO
Deputado Federal – PMN/AL

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
Vet	Nº 44, 2012
Fls. 65	Rubrica: <i>[assinatura]</i>

Recebi em 20h36min de 3/7/13

*✓
0407.13*

mat. 230173

Junte-se ao processado
do Veto nº 44/2012.

Em 08/07/13.
— *lisa*



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Vieira da Cunha (PDT/RS)

REQUERIMENTO
(Do Sr. VIEIRA DA CUNHA)


Requer a apreciação, em regime de
URGÊNCIA, do Veto Total nº 44/2012, da
Presidência da República.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma regimental, urgência para apreciação do Veto Total nº 44/2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 14/2011 (nº 225/11 no Senado Federal), que “*Altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*”, com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 2013


Deputado **VIEIRA DA CUNHA**
(PDT-RS)

Recebi às 12h40
Em 05/07/2013

Chrystian Reis de Figueiredo
Matr. 228178 *CF*

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
VET Nº	44/2012
Fls.	66
Rubrica:	<i>Mendonça</i>

05-07-13



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Antônio Roberto PV/MG

Juntesse ao processado
do Veto nº 44, de 2012.

Em 11/7/2013

REQUERIMENTO

(Do Sr. Antônio Roberto)

Requer inclusão na Ordem do Dia a apreciação do Veto Total n.º 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar n.º 114, de 2011, que "Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal de dá outras providências".

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 114, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão na Ordem do Dia da apreciação do Veto Total n.º 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar n.º 114, de 2011 (PLS n.º 225/2011 do Senado federal), que "Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estadual os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional n.º 45, de 2004.

Sala das Sessões, de de 2013.

Antônio Roberto

Deputado Federal PV/MG

Recebi em 11/07/2013

às 15:01

César de Carvalho Filho

Matrícula 229900

SGLCN

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
VET Nº	44/2012
Fls.	67
Rubrica:	

6CC308F758



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO
(Do Sr. FLAVIANO MELO)

*Junta-se ao
processado do
Veto nº 44, de 2012
Em 11/7/2013*

“Requer inclusão na Ordem do Dia a apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar Nº 114, de 2011 (PLS nº 225/2011 no Senado Federal), que “Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 114, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão na Ordem do Dia da apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar Nº 114, de 2011 (PLS nº 225/2011 no Senado Federal), que “Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

2013.

Sala de Sessões,

de julho de

[Assinatura]
Deputado Flaviano Melo

PMDB/AC

Recebi em 10/07/2013
às 17.17
César de Carvalho Filho
Matrícula 229900

[Assinatura]

Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional	
VET Nº <u>44/2012</u>	
Fls. <u>68</u>	Rubrica: <i>[Assinatura]</i>

11.07.13



95024A3D56



Junta-se ao
processado do
Veto nº 44 de 2012
Em 07/08/13
Jmaia

REQUERIMENTO Nº , DE 2013
(Do Senhor Arthur Oliveira Maia)

Requer urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, face ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal) que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeiro a V. Ex^a, nos termos regimentais, urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, face ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal) que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para a sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Sala das Sessões, 07 de agosto de 2013.

Artur OC:

Deputado **Arthur Oliveira Maia**
PMDB-BA

Recebi na SGLCN
Em 07/08/2013
às 17h24 min
Flávia Mondin Leivas Bis
Matr. 41005

✓
07.08.13



31DF60DB00



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Junta-se ao processo
do Veto nº 44, 2012.

Em 08/08/13.
Juvare

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Nos termos do Regimento Comum, requiero a Vossa Excelência inclusão na pauta do Congresso Nacional do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal), que "Altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.


MAURO LOPES
Deputado Federal

07/08/13

Recebi
Em 8/8/13 - 10:14
André Augusto Sak
Matr. 232420



08/08/13



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Junte-se ao processo
do veto n.º 44, de 2011
Em 21/08/13.
Mena

Of. n. 1733/2013/SGM/P

Brasília, 20 de agosto de 2013.

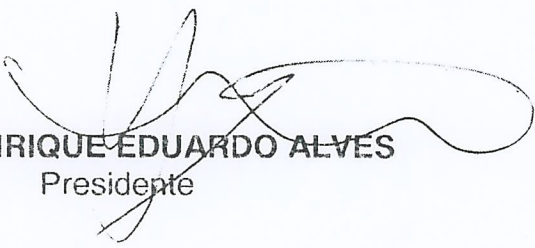
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília-DF

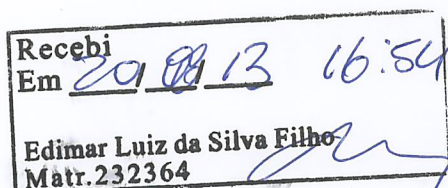
Assunto: **Requerimento n. 8.372/2013. Inclusão do veto ao Projeto de Lei Complementar n. 114/2011 (PLS n. 225/2011) em ordem do dia do Congresso Nacional.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Requerimento n. 8.372/2013, em anexo, por meio do qual o Senhor Deputado Chico das Verduras pleiteia a inclusão do veto apostado pela Presidente da República ao Projeto de Lei Complementar n. 114/2011 (Projeto de Lei do Senado n. 225/2011) em ordem do dia do Congresso Nacional.

Atenciosamente,


HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente



Documento : 59368 - 3

Nº 300

REQUERIMENTO Nº 8372 de 2013.
(Do Senhor Deputado Chico das Verduras)

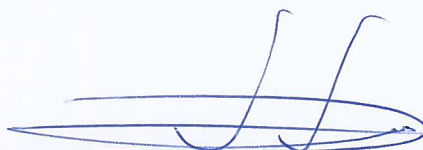
Requer a inclusão na Ordem do Dia, para apreciação do Veto ao Projeto de Lei Complementar nº 114/2011 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 114, inciso XIV, do Regimento Interno desta Casa, a inclusão na **Ordem do Dia, para apreciação do Veto ao** Projeto de Lei Complementar nº 114/2011 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

15 AGO. 2013

Sala de Sessões, em de de 2013.



CHICO DAS VERDURAS

Deputado Federal – PRP / RR



2BE1CFE046



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Junta-se ao
processado do
Veto nº 44/2012
Em 13/9/2013

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2013
(Do Sr. Paulo Abi-Ackel)

João Tarso

“Requer inclusão na Ordem do Dia a apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (PLS nº 225/2011 no Senado Federal), que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 114, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão na **Ordem do Dia** da apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (PLS nº 225/2011 no Senado Federal), que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Sala de Sessões, de

de 2013.

PAULO ABI-ACKEL
Deputado Federal
PSDB/MG

Recebi, às 17h
Em 17/9/2013,
na SGLCN
Flávia Mondin Leivas Bisi
Matr. 41005



46BD259E06



Junto-se ao processado do

Veto

nº 44, de 2012.

Em 15 / 10 / 13

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Ibirapuera - São Paulo - SP - 04097-900

Palácio 9 de Julho

São Paulo, 11 de setembro de 2013

RGL 449/2013

Of. SGP n.º 5252/2013

Senhor Presidente

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência haver sido aprovada por esta Assembleia Legislativa, em sessão de 30/08/2013, a Moção n.º 7, de 2013, apresentada pelo Deputado José Bittencourt.

A referida moção, nos termos da cópia inclusa, dirige apelo a Vossa Excelência a fim de que seja derrubado o veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011, que "altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".

À oportunidade, apresento a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Deputado SAMUEL MOREIRA
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor Senador RENAN CALHEIROS
Digníssimo Presidente do Senado Federal
BRASÍLIA — DF

Veto 44.2012



CÓPIA

MOÇÃO Nº 7, DE 2013

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO apela para os Excelentíssimos Senhores Presidente do Senado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes dos partidos com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de que seja derrubado o veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, de modo a permitir melhor gestão e planejamento dos recursos da Defensoria Pública, a partir de uma perspectiva de expansão gradual dos investimentos em pessoal, com a utilização de recursos para contratar mais defensores públicos, assistentes sociais, psicólogos e outros funcionários indispensáveis para o bom atendimento do cidadão, possibilitando que a Defensoria Pública leve os seus serviços a todo o país e evite que milhões de cidadãos brasileiros continuem privados de seus direitos.

Sala das Sessões, aos 27 de fevereiro de 2013.

a) José Bittencourt



SENADO FEDERAL
PRESIDÊNCIA

Brasília, 10 de outubro de 2013.

A Sua Senhoria a Senhora
CLÁUDIA LYRA NASCIMENTO
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhora Secretária-Geral,

Cumprimentando-a, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Ofício SGP nº 5261/2013. RGL 3536/2013	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	Encaminha Moção nº 41 de 2013, sobre a Proposta de Emenda à Constituição que altere o parágrafo 8º do artigo .201
Ofício SGP nº 5262/2013. RGL 4804/2012	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	Encaminha Moção nº 92 de 2013, pela aprovação do PL nº 4.563/12, que altera a Lei 9.250 de 1995.
Ofício SGP nº 5264/2013. RGL 5652/2012	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	Encaminha Moção nº 109 de 2012, na qual solicita apelo a fim de defender, as prerrogativas que são afetadas à Casa quanto à declaração de perda de mandato parlamentar nos casos de condenação criminal transitada em julgado, nos termos que dispõe os artigos 15, inciso III, e 55, inciso VI e § 2º, da Constituição Federal.
Ofício SGP nº 5252/2013. RGL 449/2013	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	Encaminha Moção nº 7 de 2013, na qual solicita apelo pela derrubada ao Projeto de Lei Complementar nº114, de 2011, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.
Ofício SGP nº 5363/2013. RGL 1680/2013	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	Encaminha Moção nº 19 de 2013, na qual visa permitir às cooperativas educacionais optar pelo sistema de tributação Simples Nacional ou, alternativamente, ser incluídas no programa de desoneração da folha de pagamento.
Ofício nº 559/2013-GP.	OAB de Pernambuco	Encaminha Moção de Apoio à proposta emenda Constitucional nº 28, cujo teor é o acréscimo do artigo 73-A à Constituição Federal, criando assim a figura do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC).

Atenciosamente,

LUÍZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Chefe de Gabinete

Recebi em
Hora:

10, 10, 2013

14:20

Pérsio Henrique Barroso - Mat. 226091
Secretaria-Geral da Mesa





Senado Federal

Brasília, de outubro de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção às manifestações de Vossa Excelência, informo que o Of. SGP n.º 5261/2013 foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, o Of. SGP n.º 5264/2013 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e Of. SGP n.º 5363/2013 à Comissão de Educação, Cultura e Esporte e à Comissão de Assuntos Econômicos, por se tratarem de assuntos pertinentes aos órgãos referidos.

Informo, ainda, que o Of. SGP n.º 5252/2013 foi juntado ao processado do Veto n.º 44, de 2012 aposto ao PLS 225.2011 (PLP 114.2011, na Câmara dos Deputados), que "Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".





Senado Federal

Quanto ao Of. SGP nº 5262/201, informo que o Projeto de Lei nº 4.563, de 2012, que *Deduz o valor dos gastos com medicamentos na apuração do Imposto de Renda das pessoas físicas, na forma que estabelece,* encontra-se na Câmara dos Deputados e tão logo a matéria venha a tramitar no Senado Federal, serão tomadas as providências necessárias ao seu processo legislativo nesta Casa.

Atenciosamente,


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

Exmº Sr.

Deputado Samuel Moreira

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Avenida Pedro Álvares Cabral, 201

Palácio 9 de Julho

CEP 04097-900 – Ibirapuera – SP





Junta-se ao processado
do Veto nº 44/2012
Em 4/8/2015
Maídelegiudone

REQUERIMENTO Nº
(Do Sr. Expedito Netto)

Requer inclusão na Ordem do Dia a apreciação do Veto Presidencial Total Nº 44, de 2012, aposto ao Projeto de Lei Complementar Nº 114, de 2011 (PLS Nº 225/2011 no Senado Federal), que "Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados a inclusão na Ordem do Dia da apreciação do Veto Presidencial Total Nº 44, de 2012, aposto ao Projeto de Lei Complementar Nº 114, de 2011 (PLS Nº 225/2011 no Senado Federal), que "Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", com a finalidade de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, conforme a Emenda Constitucional Nº 45, de 2004.

Sala das sessões, de agosto de 2015.


Deputado EXPEDITO NETTO
Solidariedade/RO



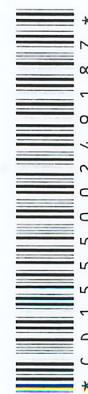
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 44 / 2012
Fls. 79 Rubrica:



Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

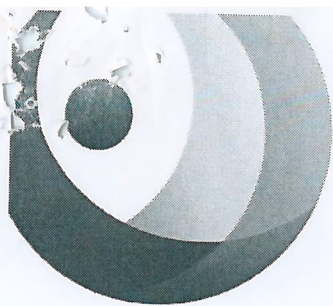
Nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal), que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.


VALTENIR PEREIRA
PROS/MT



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

VET nº 44 / 2012
Fls. 80 Rubrica:



1962015 00631



Brasília, 10 de março de 2015.

Ofício ANADEP nº. 05 / 2015.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado**

Junte-se ao processado do
Veto
nº 44, de 2012.

Em 23 / 04 / 2015

M. Souza
23/04/2015

Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentá-lo e, na qualidade de representante nacional da classe dos Defensores Públicos, solicitar a Vossa Excelência a leitura do veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar nº. 114 de 2011, que "Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", encaminhado através da Mensagem n.º 581/2012 (Veto 44/2012 – Congresso Nacional), bem como a sua inclusão em pauta para apreciação pelo Congresso Nacional, considerando que no dia 17 de novembro de 2014 foi protocolado, nessa Presidência, requerimento subscrito pela maioria absoluta dos Deputados Federais e Senadores da República, requerendo a apreciação do Veto supracitado.

Renovo meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Patrícia Kettermann

Patrícia Kettermann
Presidente da ANADEP

Secretaria Legislativa do
Congresso Nacional

SCS Quadra 01 | Bloco M | Ed. Gilberto Salomão | Conj. 1301 | Brasília/DF
Tel | Fax: +55 61 3963 1747 | 3039 1763

anadep.org.br

VET nº 44 / 2012
Fls. 81 Rubrica: *[assinatura]*



CONGRESSO NACIONAL

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Vimos encaminhar requerimentos da maioria das senhoras e senhores parlamentares que requerem, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, a na urgência para apreciação do Veto Total nº 44, de 2012, da Presidência da República, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 114, de 2011 (nº 225/11 no Senado Federal), que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”, com o objetivo de assegurar às Defensorias Públicas Estaduais os recursos necessários e suficientes para sua organização e manutenção, respeitando-se o exercício de sua autonomia, nos termos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Na expectativa que o senhor ouça o plenário e a vontade da maioria do Congresso Nacional, solicitamos a imediata apreciação do Veto 44 de 2012, que fará justiça aos que mais necessitam de uma justiça ampla, célere e eficiente.

Saenz
PMDB-CE
Deputado
(Partido/UF)

Marcelo Benedito
PMDB/CE

RECEBADO POR
André Augusto Sak
Diretor
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
EM 10/11/12 às 17:25
Secretaria Legislativa do
Congresso Nacional
JET nº 44 / 2012
Fls. 82 Rubrica: *2*

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 26 de maio de 2015

Senhora Patrícia Kettermann, Presidente da Associação
Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP,

Em atenção ao Ofício ANADEP nº 05/2015, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa Senhoria que sua manifestação foi juntada ao processado do Veto nº 44, de 2012, que trata do "Veto Total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 - Complementar (nº 114/2011 - Complementar, na Câmara dos Deputados), que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", conforme tramitação, disponível no endereço eletrônico http://www.senado.leg.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=109963.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

Secretaria Legislativa do

Congresso Nacional

Veto nº 44 / 2012

Fls. 83 Rubrica: A